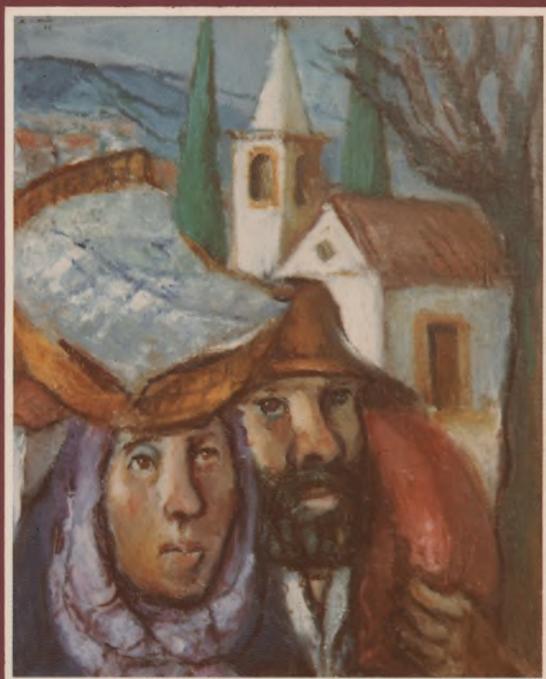


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 16

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1994

FRANCO EM PORTUGAL
O seu doutoramento *Honoris Causa*
na Universidade de Coimbra - 1949

A visita que o Chefe de Estado espanhol, Francisco Franco, fez a Portugal, entre os dias 22 e 27 de Outubro de 1949, adquire um significado particular quando estudada e observada no contexto, muito mais amplo, da política exterior do regime que aquele político encabeçou. A sua execução e o êxito que, no seio peninsular da época essa visita representou, encontra-se amplamente demonstrada na enorme quantidade de documentos que a ela se referem. Preparada com grande antecedência — mais de um ano de gestões político-diplomáticas — vem demonstrar subtis interesses em jogo, de parte a parte, no âmbito da política interna e externa do espaço ibérico e, ainda, interações de vulto a que Portugal se submeteu no contexto das relações com outros estados, com proeminência no que respeita aos contactos diplomáticos lusitanos com os E.U.A. e com a Inglaterra.

É sabida a situação de isolamento do Estado espanhol em 1949. Relações diplomáticas eram mantidas, pelo nosso vizinho, unicamente com a Santa Sé e com Portugal a nível da embaixada. A guerra civil terminada, as quesílias internas ainda não sanadas e a segunda grande guerra de permeio, conferiam a Espanha uma situação peculiar, com consequências políticas internas e externas de dimensões inusitadas e com consequente impacto negativo no desenvolvimento social dum país ainda destruído.

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Sendo, naturalmente, o objectivo fundamental deste estudo, patentear as circunstâncias em que decorreram as cerimónias decorrentes do doutoramento *honoris causa*, em Direito, que a Universidade de Coimbra conferiu a Franco, o significado de tal acto e as repercussões que daí advieram, justifica-se, no entanto, que, superficialmente embora, se recordem alguns antecedentes que podem justificar a importância de uma viagem e a elevada honraria concedida ao ditador de Espanha. Será útil, efectivamente, recuar alguns anos, recordar o aparecimento do vencedor da guerra civil de Espanha, desde o início apoiada pelos governantes portugueses, explicar alguns traços da sua inserção na política externa e, porque não, matizar a razão de ser dum apoio tão expressivo pela parte portuguesa.

Quando vem para Lisboa o Embaixador da República Espanhola, Claudio Sanches Albornoz, em Maio de 1936, representando o governo de cariz esquerdista presidido por Manuel Azaña, obviamente se adivinhava um futuro conturbado nas relações do governo português com os dirigentes espanhóis. As relações de um governo com as características do de Salazar que, precisamente nesse ano, estava instituindo alguns dos mais salientes alicerces da política do "Estado Novo" e o governo espanhol, apoiado por uma frente popular, davam azo a receios e conjecturas que, em breve, se objectivariam. Os emigrados espanhóis, fugidos à república, tendo como símbolo máximo o general Sanjurjo, passaram a usufruir em território nacional, das maiores facilidades. De Portugal partiam graves acusações à liderança política do país vizinho. Os seus dirigentes não se cansavam de protestar, pessoalmente, ou através dos seus órgãos de informação. O novo Embaixador de Espanha — historiador prestigiado e antigo Reitor da Universidade de Madrid — viera com o fim de aquietar as campanhas orquestradas contra o regime aí vigente⁽¹⁾.

É curioso anotar que dois historiadores espanhóis que recentemente publicaram estudos referentes a esta época, à política da "Frente Popular" e do seu dirigente Azaña, salientam uma política infeliz para com Portugal, pois contribuiu para reforçar as "certezas" de Salazar e deu azo a que este apoiasse, de uma forma radical e eficaz, os militares rebeldes que encetaram a Guerra Civil⁽²⁾.

(1) Cláudio Sanchez Albornoz *Embaixador de Espanha em Lisboa - Maio a Outubro de 1936*, introdução de Vicente, Ana e António Pedro, em publicação.

(2) Hipólito de la Torre e Cervelló Sanchez, *Portugal en el Siglo XX*, Madrid, 1992, p. 193.

A participação de Portugal nessa contenda ainda carente de investigações aturadas e profundas é, no entanto, hoje passível de se poder considerar como fundamental e, em muitos aspectos, até determinante entre todo o auxílio estrangeiro à luta conduzida por Franco — para a vitória final do "Movimento".

Naturalmente que os acontecimentos em Espanha, a partir da II República foram observados com crescente preocupação pelos dirigentes nacionais. Mais atento teria ficado Salazar a partir da vitória da Frente Popular, uma coligação de partidos republicanos, socialistas e comunistas, em 16 de Fevereiro de 1936, sobre as forças conservadoras agrupadas na "Confederación Española de Derechas Autonomas" (CEDA). O "perigo espanhol" passou a constituir uma ameaça à independência portuguesa e ao regime que ele personificava.

Em Setembro de 1936, fora criada a "Legião Portuguesa", com evidente intuito de proteger o país da ameaça espanhola. Segundo o preâmbulo do diploma que a estabeleceu: "no curto espaço de alguns dias mais de duas dezenas de milhar de cidadãos, por acto consciente e voluntário, se increveram para formar a Legião Portuguesa e pedem ao Estado que a reconheça e discipline". Como objectivo fundamental pretende "organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria". Viria a ser um corpo para-militar de voluntários que não responsabilizando o exército nacional, pudesse ocupar o seu lugar na luta que se avizinhava. O decreto de constituição acrescentava: "o governo reconhece à Legião Portuguesa, formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da Nação e a cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social, pela forma indicada nas bases seguintes: (Base I). "A Legião integra-se no conceito de Nação armada, devendo portanto ser-lhe dada organização que lhe imponha colectiva e individualmente rigorosa disciplina e incite à prática das demais virtudes militares". (Base II). "Só poderão pertencer à Legião os portugueses válidos com mais de 18 anos e que tomarem sob juramento o compromisso de acção política, cívica e moral anexa a estas bases. (Base III). Estes 'compromissos' acentuam os deveres do legionário, salientando que é sua obrigação defender a Pátria e ordem social, sacrificando-lhes, na medida em que essa defesa o exige, 'a sua actividade, os seus bens e a sua vida', professando 'os princípios de renovação económica e social do Estado corporativo' e afirmando, solenemente, o seu respeito pelo património espiritual da Nação: a fé, a família, a moral cristã, a autoridade da terra portuguesa". O legionário comprometia-se, ainda,

a repudiar e combater "em todos os campos as doutrinas subversivas, nomeadamente o comunismo e o anarquismo".

A organização da Mocidade Portuguesa, recentemente fundada e a "Legião" complementavam-se, assim, como organizações ao serviço da defesa dos princípios políticos do regime, com a diferença desta última instituição obedecer a um regime de voluntariado e so aceitar, nas suas fileiras, homens maiores de 18 anos. Daí sairão os futuros "Viriatos" que se irão juntar às forças franquistas.

A directa participação governamental na criação da "Legião Portuguesa" estava, assim, patente, não só na estudada encenação teatral que preparou e antecedeu a medida legal, como ainda no apoio que a União Nacional logo lhe deu e no presente salto de "intenção ao acto jurídico que punha em artigos legais" o projecto da tal "Legião Cívica anticomunista"⁽³⁾.

No comício anticomunista realizado no Campo Pequeno, em 28 de Agosto de 1936, Botelho Moniz, perante milhares de participantes entre os quais José Maria Péman, afirma "Vai começar a Guerra Santa, a guerra de todos os instantes. Vão começar a cruzada heroica para a qual chamamos os portugueses [...] Nós, nacionalistas, somos legião e somos portugueses. Constituímos a 'Legião Portuguesa' a legião onde só entram 'portugueses', mas que fica aberta a todos os portugueses, leais, disciplinados, dignos e honrados, que aceitam como lema 'Pela Família, pela Pátria, pela Civilização Lusitana'".

Salazar, perante os acontecimentos em Espanha, vai argumentar junto da Grã-Bretanha, sobre as vantagens de apoiar a "Junta" de Burgos. Procura, assim, não só justificar as suas futuras atitudes perante a Espanha, como resistir às pressões que lhe eram feitas pelo governo de França e pela própria Inglaterra para subscrever o Acordo de Não-Intervenção na Guerra Civil. É, nesse sentido que se deve interpretar o envio de Armindo Monteiro, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Genebra e a Londres, com insistentes recomendações: "Monteiro tem longa entrevista com Anthony Eden que, há pouco, substituirá Samuel Hoare no 'Foreign Office'. Saliencia a importância do partido comunista espanhol; sublinha as ideias 'anexionistas ou federalistas' ibéricas; recorda as tentativas de intervenção em Portugal, a fim de auxiliar revolucionários portugueses; e pergunta sobre o que se propõe o

⁽³⁾ João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal. Ditadura: O "Estado Novo"*, Tomo I, Lisboa, 1985, p. 43.

governo inglês fazer em Madrid, enquanto as coisas não tomavam proporções maiores. Eden solicita que o governo português faça os possíveis para '*evitar complicações*', e alvitra sobre a utilidade de '*uma palavra dita a Madariaga*' (então Embaixador de Espanha em Londres). Monteiro responde que Portugal não se propunha suscitar dificuldades; mas tudo tinha os seus limites; e parecia-lhe inútil falar com Madariaga. Eden rematou: '*será mais uma complicação na Europa*'. No seu conjunto, e absorvido com problemas internos, o governo britânico não atribui importância particular à situação em Espanha, nem ao aviso de Oliveira Salazar. Que poderia este saber ou dizer de especial ?"⁽⁴⁾.

Pedro Theotónio Pereira, em carta a Salazar, com data de 29 de Julho de 1936, propõe a divulgação de uma nota que, entretanto, redigira. Pretendia que essa nota, dando conta do seu temor, fosse enviada a outras nações: "Portugal, sem esperar por uma decisão colectiva das Potências sobre o assunto, acaba de tomar sobre si a responsabilidade do reconhecimento do governo nacional espanhol. As leis do bom convívio internacional obrigam-nos a explicar as razões da nossa atitude e as razões de as termos tomado sem prévio acordo de outras potências. A razão principal é a de que o poder em Madrid só nominalmente pertence ao Governo legal e está de facto nas mãos do comunismo o qual tem no seu programa a anexação de Portugal para a constituição dos *soviets ibéricos*. Governa, pois, em Madrid uma força político-militar, cuja finalidade imediata é o esmagamento do exército nacional espanhol e cuja finalidade segunda é a guerra revolucionária para a absorção de Portugal. Está, pois, Portugal constituído em estado de *legítima defesa*, em estado de perigo iminente para a sua independência. Deve ser-lhe reconhecido, pois, todo o direito de adoptar, com a necessária urgência que é muito grande, as medidas de defesa necessárias. E a primeira é, evidentemente, o corte de relações diplomáticas com o chamado Governo de Madrid, com a vantagem de se encerrar o centro conspiratório que era em Lisboa a respectiva embaixada; e a seguir, logicamente, o reconhecimento do governo nacional de Burgos, que já faz imperar sobre a maior extensão da Espanha uma ordem honesta e humana"⁽⁵⁾.

(4) Franco Nogueira, *Salazar*, vol. Et, Lisboa, 1978, pp. 5-6.

(5) *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Salazar*, vol. I, Lisboa, 1972, p. 48.

O governante português no entanto, não seguiu de imediato os conselhos do seu próximo colaborador. Só vem a romper as relações com o governo de Madrid em 23 de Outubro de 1936. Entretanto, tinham-se operado inúmeras tentativas conducentes a levar o governo republicano espanhol a tomar a iniciativa. Só em 28 de Abril de 1938 é que Salazar reconhece formalmente o governo insurreccional. Franco Nogueira, na sua exaustiva biografia sobre esse governante, realça as profundas preocupações do Presidente do Conselho face às fracturas espanholas. Faz menção, igualmente, da audiência dada ao então Embaixador Claudio Sánchez-Albornoz, a 8 de Maio de 1936: "Na tarde daquele dia, porém, Salazar volta-se para outro problema, recebe o embaixador da Espanha, Sanchez Albornoz. Tem gravidade a conversa, e o chefe do governo português não esconde os seus reparos à atitude da República espanhola, hostil para Portugal, nem oculta as suas apreensões quanto às possíveis consequências mundiais da situação em Espanha". Em nota, o mesmo biógrafo escreve: "Sanchez Albornoz é homem de alta qualidade intelectual. Tem por Salazar, no plano pessoal, grande apreço. E por anos houve correspondência privada entre os dois homens, manifestando-se Albornoz grato pelas atenções do chefe do governo"⁽⁶⁾.

Em 31 de Outubro de 1936 organiza-se uma manifestação de apoio ao governo e Salazar falou da varanda do Ministério das Finanças. Aí explica o corte de relações com o governo de Espanha: "Confesso que me doeu este último e forçado acto da nossa política externa: nós e a Espanha somos dois irmãos, com casa separada na Península, tão vizinhos que podemos falar-nos das janelas, mas seguramente mais amigos porque independentes e ciosos da nossa autonomia. Como peninsulares, episódicos inimigos e constantes colaboradores nas descobertas e divulgação da civilização ocidental, cobrem-nos de luto as desgraças e horrores da sua guerra civil, sentimos como nossas as perdas do seu património material e artístico, o derramento do seu sangue, o trágico desaparecimento de alguns dos seus maiores valores; e parece-nos que alguma coisa se quebrou — embora confiemos não ser por muito tempo — destes laços que à Espanha nos ligavam. Mas as realidades eram dolorosas e expressivas demais para sobre elas se assentarem relações com algum sentido; nem vimos outro meio de nos mantermos dentro do direito senão evitar que o direito tombasse em

⁽⁶⁾ Franco Nogueira, *ibidem*, p. 5.

pura ficção e responsabilizar, pelas faltas cometidas, os que perante o mundo se apresentam como tendo a autoridade e a força efectiva suficientes para o fazerem acatar. Para além do extremo a que se chegara, a prudencia seria covardia e maior tolerancia falta de brio"(7).

As relações entre o Portugal de Oliveira Salazar e a Espanha de Franco, cordiais e mantidas desde os dias em que deflagrou a guerra civil, aprofundaram-se com o Pacto de Amizade e não Agressão assinado em 1939 (17 de Março) e, posteriormente, com o protocolo de consulta mútua de 26 de Julho de 1940, traduzindo as intenções de uma política comum para o todo peninsular e que dissipasse veleidades de possíveis agressões tanto por parte do "eixo" como da mais velha aliada portuguesa. Naturalmente que Franco almejou, dadas as ligações diplomáticas portuguesas, a assinatura desse tratado de amizade e não agressão considerando a tensão de uma guerra civil e perante um panorama desanimador e pouco propício à criação de um clima de tranquilidade.

Nos discursos pronunciados no decorrer da estadia de Franco em Portugal, em Outubro de 1949, são inúmeras as alusões concretas à participação activa de portugueses nas fileiras das tropas fiéis aos insurrectos. Assim, nas palavras que Franco pronunciou numa recepção que, nessa altura, teve lugar no Palácio da Ajuda, afirmou em dado momento: "a Revolução portuguesa geradora de anos de paz e ressurgimento, e a cruzada espanhola tão intimamente vivida pelo povo português como o provaram esses valorosos voluntários que num gesto dos mais generosos quiseram misturar o seu sangue ao sangue espanhol na gloriosa empresa de libertar o nosso solo ibérico do perigo real representado pelo comunismo [...]". A Espanha aspira a ser, com Portugal, o paladino mais firme desta política pacificadora dum mundo que deve tratar as feridas da guerra mais cruel que os séculos conheceram(8). Por sua vez, no discurso que o então ministro do exército, tenente coronel Santos Costa, pronunciou no Palácio de Mafra, afirmou-se, em dado momento: "Pela pátria V. Exa. arriscou a sua vida em inumeráveis combates; vós sois pelos feitos de guerra e pela vossa acção redemptora da paz, um grande de Espanha. Entre os que aqui estão presentes são numerosos os que combateram nos quatro pontos

(7) Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, Lisboa, 1937, pp. 224-225.

(8) *Franco au Portugal. Cérémonies et Discours*, Madrid, 1949, p. 34.

cardeais. No nosso país e sob as suas ordens, numerosos são aqueles que se cobriram de glória e viram tombar ao seu lado, por um ideal que ultrapassa os espíritos vulgares, queridos camaradas portugueses, os melhores entre os melhores"⁽⁹⁾. Também Martin Artajo, então ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, referindo-se ao passado recente da guerra civil, afirmou, em dado momento do seu discurso, pronunciado no Palácio Nacional de Sintra: "A realidade angustiante deste momento histórico exigiu da nossa juventude que ela vertesse o seu sangue ao qual, é preciso dizê-lo, se misturou generosamente e voluntariamente o vosso"⁽¹⁰⁾.

Parece não haver dúvida que, no decurso da sua ditadura, atravessando momentos verdadeiramente difíceis, Franco jamais deixou de procurar contactos com os governantes portugueses. Vários foram os de índole pessoal. Logo no decurso da 2ª guerra mundial, em 1942, deu-se um contacto pessoal entre Franco e Salazar. A este encontro assistiu Serrano Suñer, então ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha. Teria sido este o mais delicado porquanto, em Espanha, ainda permanecia o perigo dum ataque quer da Alemanha de Hitler, quer dos aliados. Franco conhecia as relações de Portugal com Inglaterra e deveria, nessa circunstância, querer inteirar-se sobre o ânimo do nosso mais velho aliado em relação ao regime que personificava. Era do seu maior interesse reforçar os laços com Portugal, "perante uma guerra que se apresentava como muito duradoura depois dos acordos desse mesmo ano a que haviam chegado todos os aliados para não assinar nenhum acordo de paz separado com o Eixo"⁽ⁿ⁾. Recorde-se que Espanha, estava, no momento, longe de estabelecer relações diplomáticas com a grande maioria dos países que compunham os cinco continentes. Portugal, na circunstância, era o aliado privilegiado dadas as suas relativamente estáveis relações com a maioria dos estados.

A visita oficial de 1949, a primeira que o chefe de estado espanhol fez a outro país é já efectuada noutro clima e numa situação em que, apesar de tudo, em Espanha, se começava a sentir uma relativa diluição do "cerco".

A guerra terminada, ingressado Portugal no contexto da Aliança Atlântica, deparava com uma Espanha ainda isolada das alianças

⁽⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 49.

⁽¹⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 116.

⁽ⁿ⁾ José Maria Armero, *La Política Exterior de Franco*, Barcelona, 1978, p. 59.

militares defensivas, criadas perante o estado da guerra fria. A visita de 1949, preparada com a devida antecedência, grande minúcia e alguma natural preocupação por parte do governo português, que não queria susceptibilizar os seus aliados, veio reforçar a antiga aliança assinada em 1939, reforçada pelo protocolo e ratificação de Setembro de 1949⁽¹²⁾. As relações com Portugal, até essa data, não foram, no entanto, sempre lineares, calmas e ausentes de qualquer sobressalto. É sabido que no decorrer da 2ª Grande Guerra Portugal, não tão abertamente quanto seria de desejar, sempre se manteve com os aliados, enquanto Franco apoiou, em muitas circunstâncias, o "Eixo". O estadista espanhol não deve ter esquecido a tendência histórica da aproximação de Portugal com a Inglaterra e, esse facto, deve ter contribuído para a sua posição de relativa neutralidade face ao expansionismo germânico.

O tratado com a Espanha que este país tentou exorbitar pretendendo, no que diz respeito à defesa das fronteiras comuns, que Portugal devia respeitar perante "qualquer agressão mesmo que esta procedesse de uma nação amiga", colocava o governo português em situação equívoca e susceptível de inquirir ou deteriorar a sua tradicional vinculação à Inglaterra.

Por sua vez os políticos britânicos do "Foreign Office" sempre contaram com o seu aliado como peça importante para a manutenção da neutralidade espanhola.

Quando os avanços alemães fizeram pensar, em Junho de 1940, na possibilidade de um ataque aos portos portugueses Franco, através de seu irmão Nicolas, embaixador em Lisboa, alertou Salazar e propôs "a elaboração de um comunicado conjunto que mostrasse a coordenação de esforços e de interesses para que ambas as nações se mantivessem afastadas da guerra"⁽¹³⁾. Um texto conciliatório foi, nessa altura, assinado por ambos os países. O "Bloco Ibérico" então esboçado para uma amizade mútua e paz eterna serviu, também e naturalmente, para sossegar a Inglaterra diante da possibilidade da Espanha se colocar ao lado das intenções bélicas alemãs. Outros encontros entre Salazar ou políticos portugueses e espanhóis foram elementos a ter em conta como ajustes a cimentar esses acordos: o de Jordana, em Sintra, com a assistência de Theotonio Pereira e Nicolas Franco, o celebrado no

(12) Manuel Espadas Burgos, *Franquismo y Política Exterior*, Madrid, 1987.

(13) *Idem, ibidem*, p. 153.

Alcazar de Sevilha, em Fevereiro de 1942, a entrevista de Salazar com Jordana, em Outubro de 1943, no Parador de Ciudad Rodrigo, este a pedido de Salazar que aí quis transmitir a Espanha as suas intenções de concessão de bases açorianas a ingleses e americanos⁽¹⁴⁾.

O ponto de vista português em relação à Espanha de Franco foi sempre influente em Inglaterra. Aliás, este país, com interesses comerciais em Espanha e com a necessidade de manutenção de Gibraltar, possuía, também e naturalmente interesses na resolução do problema espanhol.

Segundo alguns autores, Salazar, nunca foi um admirador sem limites do seu homólogo espanhol. A permanência de Franco no poder seria, para o ditador português, um foco de tensão. Mas Salazar percebia que nada estava preparado para lhe suceder. O exército, única arma possível estava, totalmente, do lado de Franco. Uma só alternativa residia na pessoa de D. Juan, então exilado no Estoril, com o apoio do exército e, claro está, com o consentimento de Franco. Para Salazar, segundo alguns biógrafos, D. Juan jamais se deveria ter confrontado com o chefe de Estado espanhol; antes, deveria ter negociado com ele oferecendo-lhe posição e retiro honroso. No entanto, ao aproximarem-se os anos 50, Franco já estava bem agarrado à cadeira do poder e qualquer espaço de manobra seria, a partir dessa data, bastante difícil⁽¹⁵⁾.

Além do mais o problema espanhol deve ser colocado nos seus exactos termos e correlações, ou seja na mediação ocidente, oriente, E.U.A., Rússia, em pleno clima de tensão. Havia-se saído de uma guerra e pressentia-se a possibilidade de outra. Na campanha internacional contra Espanha, que a isolava, a França, os E.U.A. e a Rússia, actuavam nesses meandros e uns por umas razões, outros, na defesa de diversificados interesses, comunismos e democracias concitavam-se nessa campanha de isolamento. Os interesses ocidentais, peninsulares saíam debilitados dessa contenda. Para Salazar, naturalmente, uma Espanha republicana seria uma chamada ao comunismo. A sua condescendência, perante possíveis discórdias das atitudes franquistas servia, no entanto, os interesses portugueses, na medida em que Franco seria sempre um forte aliado assegurando uma Península Ibérica

⁽¹⁴⁾ *Idem, ibidem*, p. 156.

⁽¹⁵⁾ Florentino Portero, *Franco Aislado. La Question Española. 1945-1950*, Madrid, 1989, p. 200.

fortemente anticomunista"⁽¹⁶⁾. A Inglaterra veria com bons olhos a alternativa, sonhada por Salazar, de apoio a uma mudança para um regime monárquico em Espanha, no decorrer destes conturbados anos. Mas sempre desconfiou de tal hipótese, principalmente no momento em que vivia sob um governo trabalhista e em que uma opinião pública poderosa não acreditava na possibilidade de impor qualquer regime democrático em Espanha. Este clima de hesitação, propícia à criação de situações de isolamento era, assim, sempre periclitante, susceptível embora de ligeiras mudanças mas, para além do mais, subordinado a uma linha geral de manifesta adversidade ao regime imposto pelo "Caudilho". Por sua vez Franco unido a Portugal, forte aliado de Inglaterra, adquiria, assim, algum espaço de manobra suficiente para sobreviver e, de uma maneira ou d'outra, podia tentar a reconstrução do seu território dilacerado e com os maiores problemas nos sectores económicos e sociais.

A alternativa que se oferecia à Inglaterra, onde os principais órgãos de informação diária reclamavam contra uma Espanha que recebia e albergava os mais perigosos funcionários e membros do exército nazi, justificando, por essa razão, acções violentas contra esta "chaga" europeia, tinha sempre, como resposta, o perigo soviético e a sua implantação na península. Desse mesmo argumento sempre se valeu Salazar e Franco na justificação das suas ditaduras. Aliás, a Assembleia Geral das Nações Unidas, nas suas sessões posteriores à deflagração mundial, em vários momentos, votou moções contrárias à permanência do regime franquista mas, entretanto, o generalíssimo ia afastando inimigos, quebrando alternativas ao seu comando e pretextando o seu anticomunismo, fazia esquecer a muitos a sua colaboração com o "Eixo" e justificando os que afirmavam que "o problema espanhol deveria ser exclusivamente resolvido por eles próprios"⁽¹⁷⁾. As pressões da ONU, paradoxalmente, muitas vezes serviram a Franco para, perante o seu isolamento do resto do mundo, concitar à sua volta, milhões de apolíticos cansados da guerra e da miséria em que o recente conflito os deixara. A massa apolítica enchia as praças sob o lema "nem vermelhos nem azuis, só os espanhóis"⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁶⁾ *Idem, ibidem*, p. 201.

⁽¹⁷⁾ *Idem, ibidem*, pp. 201-216.

⁽¹⁸⁾ *Idem, ibidem*, p. 216.

Em 1947, estava Franco mais isolado do que nunca, como consequência de uma recente resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. A representação estrangeira em Madrid ficou reduzida ao Núncio Apostólico, à Embaixada de Portugal e da Argentina e aos ministros plenipotenciários da Suíça e da Irlanda, isto a nível de representação diplomática. Outros países, muito poucos, tinham aí os seus observadores. Como consequência normal desta situação surgem as correlativas retracções nas ajudas económicas e na concessão de créditos, o que, ainda mais, prejudicava uma recuperação tão almejada. Neste mesmo ano procedeu-se em Espanha ao *referendum* da lei reguladora da transição para a monarquia. O conselho de ministros aprovou o seu envio às cortes. Aí se afirmava que Espanha se declarava constituída em Reino mas salvaguarda-se, simultaneamente, que a chefia do Estado correspondia "ao Caudillo de España e da Cruzada". Afastava-se, assim, a hipótese da sucessão do exilado do Estoril que, por sua vez, e definitivamente, se separava de Franco, pondo de lado qualquer hipótese de conciliação com uma transição pacífica e aproveitando, além disso, para acusar Franco e o seu regime de ditador e de ilegítimo o seu governo. Era a cisão de D. Juan com Franco, ao afirmar o seu compromisso com uma forma de governo democrático. Nas suas declarações de então o herdeiro do trono espanhol, afirmara a sua disposição de chegar a um acordo com Franco se este se limitasse, única e exclusivamente, a facilitar a pacífica mas incondicional transmissão de poderes⁽¹⁹⁾.

Neste, como n'outros aspectos as relações internacionais de Espanha só tinham uma saída que era a portuguesa. Se um bloqueio económico fosse decretado por Inglaterra lesava o nosso país, pois a Espanha ficava à mercê da necessidade de ajuda portuguesa. Todas as situações que colocassem em perigo a ordem em Espanha e, conseqüentemente, a posição de Franco prejudicavam o governo português. Salazar possuía, das consequências negativas de tal atitude uma forte noção. Também o apoio, por parte da Inglaterra, a qualquer outro tipo de sanções económicas a Espanha, acabaria por lesar os interesses portugueses. Como já se afirmou, à Inglaterra não interessavam mais relações com o seu velho aliado. Os laços intensos e o valor estratégico das relações entre os dois países da Península não poderiam ser perturbados. Nesta interacção, as imposições dos

(19) Luis Suarez Fernandes, *Franco y la URSS*, Madrid, 1987, p. 170.

trabalhistas ingleses tinham de ter em conta não só os prejuízos económicos para o seu país como a segurança que significava a posse do "rochedo" de Gibraltar, frente ao clima de guerra fria que então se vivia.

A expansão comunista nos anos subsequentes, pressagiando uma nova depressão internacional, contribuiria para a resposta dos E.U.A., com a criação do "Plano Marshall", de ajuda económica aos países europeus. Em 1948 começam as negociações com o Reino Unido, França e Bélgica que culminariam no Tratado de Bruxelas estabelecendo que, no caso de agressão armada a algum dos intervenientes, lhes fosse concedida ajuda e assistência militar. Desenha-se aqui o que viria a culminar na organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A Espanha estava fora destas negociações mas, cada vez mais, perante o perigo soviético, a sua posição estratégica no Atlântico e, principalmente, no Mediterrâneo, interessavam ao apaziguamento dos temores que nos E.U.A. e na Europa se faziam sentir, na prevenção de qualquer ataque daquela potência. Só o Vaticano e Portugal estabeleciam caminhos diplomáticos para a saída de Espanha do seu isolamento. O primeiro destes Estados não concordando abertamente com o regime franquista e desejando que aí se estabelecesse uma transição para o regime monárquico, como em Inglaterra, temia também, naturalmente, a pressão soviética e recordava, com satisfação, a protecção aos católicos naquele território. Estabelecia, assim, uma posição pragmática: tentava afastar Franco, mas perante a solidez da sua situação, contribuía, simultaneamente, para o fim dum isolamento nefasto, perante a expansão comunista. A defesa ocidental necessitava da colaboração espanhola. No caso português e perante a consolidação da posição franquista, afastada a hipótese da sucessão de D. Juan, sempre acarinhada por Salazar, só havia que reconhecer o regime e ajudá-lo a sair da sua solidão para estabilidade do todo peninsular. Além das similitudes ideológicas muitos e mais vastos interesses estavam em causa.

O ano de 1949 toma-se lapidar para a viagem já antes aprazada entre a diplomacia espanhola e portuguesa. Se Espanha daí colhia maiores vantagens, Portugal conciliava-se com o clima de ordem tão ao gosto de Salazar e não se incompatibilizava com Inglaterra e com os outros países ocidentais. Com os E.U.A. não iria, também, Salazar arranjar problemas. O governo americano, cada vez mais, procurava uma solução que conciliasse as divergências ideológicas com as necessidades estratégicas que tornavam esse imenso país um factor

importante na defesa ocidental. Salazar, que sempre demonstrou não se querer identificar ideologicamente com Franco, partilhou com o ditador espanhol muitos interesses comuns: a protecção que ambos concederam à religião católica e o acrisolado anticomunismo a que os dois consagraram parte da sua actividade política. Daí a sua constante luta a partir do final da 2ª Guerra Mundial advogando, com veemência, os interesses de seu vizinho no plano internacional.

A visita de Franco a Portugal, primitivamente aprazada para Outubro de 1948, só veio a ter lugar, como é sabido, em Outubro de 1949. Este atraso de um ano ficou a dever-se, fundamentalmente, ao facto de o governo espanhol, então esperançado no restabelecimento de boas relações com a Argentina, ter feito coincidir uma visita de Martin Artajo a esse país, com a visita a Portugal. A situação criada, que impediria a deslocação do Ministro dos Assuntos Exteriores espanhol a Lisboa, acompanhando Franco, não agradou ao governo português, principalmente a Salazar que, na circunstância, demonstrou o seu descontentamento.

Em 5 de Julho de 1948 realizou-se em Lisboa uma "Conferência" em que participaram Salazar, Caeiro da Matta e o então Embaixador de Portugal em Madrid, Carneiro Pacheco. Esse encontro teve como objectivo analisar o resultado das conversações que recentemente haviam tido lugar em Madrid, entre o Ministro dos Assuntos Exteriores e o Embaixador de Portugal, sobre a Renovação do Tratado de Amizade e a visita do Chefe de Estado espanhol a Portugal. Aí se acentuou que seria de separar os dois factos, para maior relevo de um e de outro, particularmente para valorizar a visita do Generalíssimo Franco em retribuição da que o Marechal Carmona fizera a Espanha, em 1929.

Igualmente se reconheceu ser preferível fazer-se a renovação expressa do Tratado de Amizade na segunda quinzena de Setembro, com a publicação de uma nota, em termos a acordar entre os dois Governos, sem necessidade de deslocação a um ou outro país de altas personalidades. Considerou-se suficiente a assinatura do Ministro dos Negócios Estrangeiros português e do Embaixador de Espanha em Portugal.

Deliberou-se, ainda que se iria manifestar a "viva satisfação" pela visita a Portugal do Chefe do Estado espanhol, e, ainda que, para seu maior brilho, essa viagem devia realizar-se em seguida às férias do verão, depois do dia 15 de Outubro. Assentou-se, finalmente, que o anúncio da visita deveria ser feito antes da renovação do Tratado, em

fins de Agosto mas, se se reconhecesse vantagem política em antecipá-lo, não haveria inconveniente em fazé-lo⁽²⁰⁾.

Em 16 de Julho reúnem-se em Madrid o Ministro dos Negocios Estrangeiros de Espanha e Portugal e o respectivo Embaixador ai creditado Carneiro Pacheco. Nessa altura, Martin Artajo aludiu à grande satisfação que Franco lhe demonstrara pela sua projectada visita de retribuição a Portugal. Que, na circunstancia, acompanharia o chefe de estado de Espanha, o quai, para o efeito, adiaria a sua ida a Buenos Aires e, ainda, que o anúncio oficial da visita deveria ser publicado por ocasião da renovação do Tratado de Amizade, feita nos termos sugeridos no decorrer da Conferencia que tivera lugar dias antes em Lisboa⁽²¹⁾.

Alguns aspectos da citada viagem foram, desde logo, ai tratados. Entre esses salientou-se o alvitre de Caeiro da Matta para a hipótese de doutoramento *honoris causa* de Franco, em Coimbra. Sugeriu-se que a visita não deveria coincidir com as comemorações relacionadas com o centenário de Francisco Suarez que, nessa altura, se realizariam na mesma cidade. Combinou-se que Franco, separado da maioria da sua comitiva, chegaria a Lisboa em barco de guerra (as senhoras de comboio, entre elas a mulher do generalíssimo, D. Carmen Franco, a de Martin Artajo e a Duqueza de Medinacelli) e que o regresso de Coimbra se faria em comboio especial. Aí se fixou, também, que o projecto de nota de renovação do Tratado de Amizade deveria ser redigido pelo chefe do governo português. Tratou-se, ainda, dos pormenores relacionados com os discursos dos dois Chefes de Estado que, oportunamente, seriam acordados.

Em Agosto desse ano Salazar escreveu uma extensa carta ao seu Embaixador em Londres que era, então, o Duque de Palmeia. Compreende-se o conteúdo dessa carta e as razões aí aduzidas quando se aceita qual o parceiro internacional a que Salazar teria que dar algumas explicações sobre a projectada visita a Portugal e sobre as honorarias com que pretendia obsequiar o ditador espanhol. Salazar previa, com certeza, as justificações que seriam pedidas a Palmeia, por

⁽²⁰⁾ MNE, 2 RA 48 M, 268, Acta da Conferência de 9 de Julho de 1948, em Lisboa, entre o Presidente do Conselho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Embaixador de Portugal em Espanha.

⁽²¹⁾ *Ibidem*, Acta da Conferência de 16 de Julho de 1948, em Madrid, entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Ministro dos Assuntos Exteriores e Embaixador de Portugal em Espanha.

parte do governo inglês e, mais particularmente, as que seriam aduzidas pelo respectivo Ministro dos Negocios Estrangeiros, e não deixava de lhe dar as respectivas instruções. Vem a propósito a transcrição da parte dessa longuíssima missiva com a qual Salazar justifica a sua posição perante a delicadeza da situação que, possivelmente, iria em breve, enfrentar. Assim inicia a sua carta por salientar o empenho que Franco demonstrara em visitar Portugal. Em Espanha, entretanto, estava prevista uma visita de Perón no contexto da projectada abertura dos países Sul Americanos para com o regime. Franco prometera "pagar" essa visita mas não o queria fazer sem, primeiro, vir a Portugal em visita oficial — a primeira que realizaria a um país estrangeiro. Além de tudo, o "caudillo" mostrara o seu empenho na expressa prorrogação do 'Tratado de Amizade' com Portugal o qual, segundo Salazar, continuava em vigor se não fosse denunciado com 6 meses de antecedência, data que teria lugar no mês de Setembro de 1948. Essa prorrogação teria, apenas, valor político. É neste contexto que Salazar prossegue as suas instruções a Palmeia: "Ambos os casos foram atentamente examinados. Este segundo não suscitou dúvidas. A prorrogação expressa do Tratado de Amizade permite afirmar o seu valor no passado e demonstra confiança no seu valor para o futuro. Compreende-se o interesse da Espanha no caso: o isolamento a que a tem condenado a generalidade dos países faz com que busque, reforce ou multiplique as ocasiões de afirmar que não está só. Por outro lado, a amizade real e desinteressada de Portugal é um contrapeso útil na sua política com a Argentina, à qual está e deve estar muito grata por ter tido a coragem de rompêr o cêrculo. Não se viu que anuir ao desejo do governo espanhol tivesse para nós qualquer inconveniente, e podiam notar-se-lhe algumas vantagens, a mais importante das quais é chamar a atenção para os frutos da política seguida na Península. Dentro da Europa Ocidental teem-se afirmado vários grupos que, para interesses próprios ou na definição de uma linha comum naquele agregado maior, se constituem, reúnem e trabalham, ajudando-se mutuamente. Nenhum grupo pode apresentar-se com maior homogeneidade e mais vincada expressão geográfica que a Península Ibérica. Por fim, foi através de Portugal que se fez a política da Península durante a guerra, no sentido das potencias aliadas. Nem elas o podem esquecer nem nós temos de envergonhar-nos disso; pelo contrário. A visita do chefe de estado espanhol a Portugal já suscitava maiores dúvidas e não se deu a esse desejo de Espanha resposta tão rápida. A Espanha, desejando a visita, procura naturalmente mostrar a todos que não está isolada. Mesmo

que a visita apareça, como aparecerá, como retribuição da que o Marechal Carmona fez a Madrid e Barcelona em 1929, o efeito internacional será o mesmo. Para Portugal esse acto representa urna deferencia e confirma as excelentes relações existentes que temos feito jogar em favor do Ocidente. Que nestes tempos calamitosos, mais ainda que os da guerra, Portugal se encontre em condições de ajudar ao entendimento da Espanha com as chamadas potencias ocidentais, só nos pode favorecer e favorecer o ocidente. Supor que nos deixamos arrastar pelos outros não tem base nos factos; pensar que exercemos uma acção útil pode basear-se na experiência passada".

"O ponto obscuro da questão era para nós apenas a possível reacção das Grandes Potências, reacção desfavorável para a Espanha ou que prejudicasse a evolução que em sentido mais compreensivo elas estão fazendo. Na última reunião do Conselho da ONU, a Argentina pretendeu que a questão da Espanha fosse retirada da Agenda; votaram contra a Rússia e outro Estado comunista; abstiveram-se a Inglaterra, Estados Unidos, etc. A evolução que já começara em Paris, quando pela primeira vez se viu ninguém falar contra a Espanha, continua: a imprensa mundial por seu lado já tem podido chamar a atenção para os inconvenientes da política seguida pelas potências ocidentais nas suas relações com a Espanha. Países da América do Sul preparam-se para reenviar os seus representantes mais categorizados a Madrid. Diz-se que na reunião da ONU em Paris, no próximo mês de Setembro, a questão apresentará novos progressos. Isto é, nós estamos na linha geral, recebendo Franco em Lisboa e ajudaremos a fazer a política que sempre reputamos necessária no ocidente europeu. A especulação de que falou Sargent só seria possível se a evolução se fizesse em sentido contrário do previsto".

"Estudado atentamente o caso á luz das considerações acima, deu-se resposta favorável em principio; mas a Espanha pediu absoluta confidencia da resolução tomada e devemos dizer que levámos por nosso lado a sério o pedido. Estranhámos que a coisa tenha transpirado e chegasse a Londres; pois aqui o Governo ignora absolutamente (com excepção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, evidentemente) que existe a combinação de principio àcerca da visita. Os funcionários do Ministério, exceptuados o Faria e o protocolo a quem se recomendou que começasse os seus estudos, também devem ignorar tudo".

"Dado o facto da conversa com Sargent, V. Exa não pode, quando o encontrar de novo, manifestar ignorancia, mas nos termos em que por ora tudo se encontra não convém que discuta o assunto a fundo.

Bastará dizer que sabe ter sido a questão posta, resolvida favoravelmente em princípio, nada mais estando assente aquele respeito. Convém ainda dar a nota de que, a realizar-se, se trata de retribuição de uma visita anterior".

"E podemos ficar por aqui. Se mais adiante tiver de discutir o assunto, ficam já aqui os modos de ver do Governo em apoio da decisão tomada"(22).

Caeiro da Matta, em telegrama de 30 de Agosto para Londres, recomenda a Palmeia para seguir as instruções de Salazar no caso de objecção por parte do então ministro dos negócios estrangeiros, Sir Orme Sargent, acentuando que Portugal sempre seguiu uma política favorável a Inglaterra mas que na sua execução "não podemos, como é óbvio, estar dependentes de considerações que são mais de política interna britânica do que propriamente de política interna civil"(23).

Efectivamente, Palmeia em Inglaterra, viria a ser confrontado com as mais sérias críticas do citado ministro dos negócios estrangeiros, Sir Orme Sargent. Do diálogo que, sobre o assunto, teve lugar o nosso embaixador fez um relato bem demonstrativo da dimensão que a visita adquirirá perante o governo inglês. Confirmado o boato que já corria na Europa e colocado frente ao argumento de Palmeia de que a viagem seria uma simples retribuição da que Carmona fizera em 1929, Sargent confessou-lhe que quando há tempo lhe fizera a pergunta, estava na convicção de que a resposta seria que se tratava apenas de um boato como tantos que correm por esse mundo. Não escondia o seu espanto ao vê-lo confirmado. Ao chamar-lhe a sua atenção para a nossa posição e a da Espanha na Europa Ocidental, aludindo à política portuguesa durante a guerra e no pós-guerra, sempre favorável à Inglaterra, Sargent ripostou que nunca se haviam esquecido os serviços prestados pelo Doutor Salazar o que, por eles, lhe estavam muito gratos. Não podia porém esconder a sua surpresa no que se referia à realização da visita. Afirmou, igualmente, a Palmeia que não deveria estranhar que o Embaixador Britânico não estivesse em Lisboa quando Franco fosse a Portugal, tendo acrescentado que "nesse momento o Embaixador estaria ¹

122) MNE, *ibidem*, Extracto da carta do Presidente do Conselho para o Embaixador de Portugal em Londres, Duque de Palmeia, datada de 6 de Agosto de 1948, na parte relativa à projectada visita do General Franco a Lisboa.

123) MNE, *ibidem*, telegrama de Caeiro da Matta para Palmeia, de 30 de Agosto de 1948.

ausente de Lisboa, em férias, e ninguém da Embaixada assistiria às festas". Comentou, ainda "que o Doutor Salazar nunca, na sua longa carreira, tinha posto um pé em falso; infelizmente, esta decisão afigurava-se-lhe de sérias implicações políticas e grave. Virá por certo a dar ocasião a que se aproximem e emparelhem os dois regimes — português e argentino — na crítica mundial, o que julgava da maior inconveniência. Até hoje apenas a madame Perón prestara homenagem pública a Franco — e a consequência deste acto seria aproximar o Doutor Salazar e esta senhora na crítica geral. Ninguém queria ver desenhos críticos nos jornais associando as duas figuras". Mais algumas queixas do mesmo teor levaram a que Palmeira no seu officio para Lisboa, não escondesse a importância e o desapontamento do governo britânico por tal visita⁽²⁴⁾.

Entretanto, em San Sebastian, onde o governo espanhol e a diplomacia aí creditada passava o verão, Carneiro Pacheco conversava com Nicolas Franco sobre a viagem que tanto alvoroço estava a causar. Em carta que dessa cidade envia a Salazar, o nosso embaixador em Madrid dá-nos um relato minucioso. Nesse mesmo dia iriam ambos estar com Franco e o encontro no "appartement" de Carneiro Pacheco servira de acto preparatório para acontecimento de tal envergadura. Falou-se das próximas eleições presidenciais portuguesas, tendo o espanhol aludido à hipótese de Salazar ser candidato e obtido, como resposta que a Nação esperaria dele mais este sacrifício⁽²⁵⁾). Divagou-se sobre a possibilidade de um encontro de Franco com D. Juan, então no Estoril "em uma das manhãs livres da sua visita a Portugal". Recentemente, ainda, tinha havido um encontro "no alto mar" entre Franco e D. Juan. Este assunto merecia por parte do nosso embaixador, vários considerandos que levam a concluir sobre o grande desejo da sua parte de que essa visita tivesse lugar⁽²⁶⁾. Termina a sua missiva que, entretanto, interrompera logo após ter efectuado a visita a Franco.

(24) MNE, *ibidem*, Relato de conversações entre Sir Orme Sargent e Duque de Palmeira, em Londres no dia 2 de Setembro de 1948.

(25) Como é sabido, o Marechal Carmona, apesar da sua idade, continuava exercendo o cargo de Presidente da República.

(26) "Devo acrescentar que a conversa me deixou a convicção de que o recente encontro foi já fruto indirecto da projectada viagem a Portugal; pretendeu evitar a aparência de Franco ir ali procurar D. Juan", in MNE, *ibidem*, Carta de Carneiro Pacheco a Salazar, datada de S. Sebastian, 3 de Setembro de 1948.

Aí se combinara que, em momento oportuno, lhe enviaria a minuta do discurso que Carmona pronunciaria "e de outros a que aquele devesse responder". Na mesma ocasião Franco pediu a Carneiro Pacheco que interferisse junto do Doutor Oliveira Salazar no sentido de este lhe indicar "quaisquer pontos que se deva acentuar na resposta tanto sobre o ponto de vista da política intema como internacional".

Em 8 de Setembro Caeiro da Matta recebe Nicolas Franco que, nesse dia, chegara, vindo de San Sebastian e que trazia notícias da mais recente conversa, com o seu irmão, sobre a visita a Lisboa⁽²⁷⁾. Da informação que a propósito elaborou o nosso ministro salientam-se alguns aspectos. Assim Franco solicitara que à sua presença em Portugal fosse tirado todo o aspecto *turístico*: vinha a Portugal e a Lisboa, insistia, cuja amizade tanto apreciava, que tão útil havia sido recentemente para o seu país e para a Europa, só para nos homenagear. Não pensava em visitas a outros pontos do país, à parte Coimbra, para o efeito de ser investido no grau de doutor *honoris causa*, o que muito o desvanecia. Nunca havia considerado a ida ao Porto.

O Palácio de Belém era o preferido por Nicolas Franco para aí se instalar o chefe de estado espanhol. O governante português perante a escassez de instalações desse edifício, insiste no Palácio de Queluz por possuir melhores condições. "Vi que lhe tinham metido na cabeça o Palácio de Belém" comenta, a propósito, Caeiro da Matta.

Nesse encontro entre o Ministro e o Embaixador falou-se, igualmente, de questões relacionadas com a segurança do visitante. Nicolas Franco afirmou no decorrer dessa conversa que o seu irmão viajava sempre com alguns criados, que lhe eram indispensáveis. Afirmou, também, que o "Director General de Seguridad" deveria chegar a Lisboa alguns dias antes da visita para combinar com o Capitão Agostinho Lourenço, então director da PIDE, alguns pormenores, nomeadamente que Franco desejaria que viessem com ele oito ou dez agentes de polícia —, "que o acompanham por toda a parte e que conheciam bem os elementos da colónia espanhola em Portugal". Caeiro da Matta comenta não ver qualquer inconveniente na sua vinda a Portugal: "pelo contrário, porque dada a hipótese improvável de qualquer atentado ou desacato, não se poderia culpar só a polícia portuguesa de não ter preservado convenientemente a pessoa do Caudilho".

^{f27)} O governo espanhol deslocava-se para esta cidade durante os meses de verão.

Sobre a questão do doutoramento na Universidade de Coimbra, Nicolas Franco afirmou que seu irmão, no que respeitava ao padrinho do acto, aceitaria o que fosse decidido pelo Governo. O Dr. Carneiro Pacheco falara ao seu homólogo espanhol em três personalidades: Presidente da República, Presidente do Conselho e Cardeal Patriarca. Caeiro da Matta comenta a propósito: "Vi que agradaria a Franco que fosse padrinho o Senhor Presidente do Conselho; mas achava bem que fosse o Chefe de Estado ou o Cardeal Cerejeira. É talvez este o ponto mais delicado de todas as decisões que há a tomar: receio que se tenha avançado demasiadamente quanto a ele".

Finalmente, na longa entrevista, de que Caeiro da Matta nos dá pormenorizado relato, aludiu-se ao sempre delicado problema das relações de Franco com D. Juan. Nicolas Franco falou do recente encontro que entre ambas se deu a bordo de um navio, afirmando que já de há muito que o príncipe desejava falar com o Caudilho. Mas esse ensejo avigorara-se-lhe nos últimos tempos em virtude, sobretudo, do estado de alma de D. Juan quanto a alguns dos seus conselheiros e colaboradores, que haviam assumido atitudes que a ele muito repugnavam. Referiu-se especialmente a Gil Robles. Para Nicolas Franco o Caudilho também desejava o encontro. Pensava dizer ao príncipe — e assim lho afirmara a bordo do barco onde se haviam encontrado — que lhe parecia indicado que o seu filho, se um dia fosse chamado a governar, deveria receber educação em Espanha, conhecer os homens, criar amizades que só na mocidade se podem criar, aprender bem a língua do seu país, adquirir uma cultura que só nas escolas de Espanha lhe poderiam dar. A entrevista entre Franco e D. Juan limitara-se, segundo Nicolas Franco, a este ponto. Nem se falara de política. Afirmou, ainda, que havia sido consultado pelo Caudilho à cerca do momento mais oportuno para esta entrevista, sendo seu parecer que deveria realizar-se antes da vinda a Lisboa. Não convinha, disse, que na capital portuguesa se tratasse deste ou de outro problema entre o Caudilho e D. Juan; a vinda a Lisboa tinha outro objectivo muito diferente⁽²⁸⁾. Caeiro da Matta discorda; pelo contrário, parecia-lhe que

("j É curioso que Carneiro Pacheco, convicto na sua ideologia monárquica dá, igualmente, grande valor à sucessão deste regime em Espanha. Em telegrama "confidencialíssimo" que envia de Espanha (9 de Setembro de 1948), dá conta do desejo de Franco manter "absoluto segredo" sobre o projectado encontro com D. Juan durante a sua visita, demonstrando, simultaneamente grande desejo que essa visita se efectuasse. "Acontecimento é considerado

um encontro aqui só poderia ter vantagens para todos e até desapareceria um inconveniente que não sabia como viria a ser resolvido — o da presença ou da ausência de D. Juan em alguns dos actos em honra do Caudilho. "Poderá desconhecer-se a estadia de D. Juan em Portugal?". Desta conversa Caeiro da Matta ficou com a impressão de que Franco quisera, precisamente, evitar que à sua visita se pudesse dar a interpretação que para Portugal seria mais conveniente e conclui: "o que Franco quer é que à sua visita se dê o carácter de um passo mais no caminho do entendimento peninsular, se dê como que a impressão da formação de um bloco das duas nações da Península, contando até com a reacção que esta visita possa provocar contra nós em alguns países. Pode-se lá saber quando os espanhóis são sinceros?"⁽²⁹⁾.

Logo em 9 de Setembro Nicolas Franco escreve ao ministro Caeiro da Matta longa carta sobre a prorrogação do "Tratado de Amizade e não Agressão" vigente entre os dois países. Aí expõe a posição do seu governo e o desejo da sua renovação "já que está presente no nosso pensamento e dos nossos cidadãos as importantíssimas consequências e efeitos benéficos que teve e muito mais ainda para além das nossas relações". Era, aliás opinião do embaixador que a sua promulgação não devia ser tácita, pois "esse procedimento quase clandestino ou pelo menos tímido de prosseguir numa relação condigna não está de harmonia com os momentos turbulentos que atravessamos na política internacional onde a posição firme das Nações tem mais intenso valor e evitar equívocos é necessário". Sugere, ainda, alguns aspectos formais para a renovação, pequenas modificações, pontos a salientar, etc.⁽³⁰⁾. Era grande, efectivamente, o desejo de assinar esta renovação antes da visita de Franco. A Espanha demonstrava, assim, o valor e consideração que conferia a esse Tratado, excepção evidente no seio do isolamento a que continuava submetida⁽³¹⁾.

tranquilizadora definição do ramo monárquico" afirma Carneiro Pacheco no seu telegrama onde acrescenta "congraçamento por nossa parte tão desejado e aconselhado". MNE, *ibidem*, Telegrama datado de Madrid de 9 de Setembro de 1948.

⁽²⁹⁾ MNE, *ibidem*, Informação do Serviço do Ministro Caeiro da Matta, datada de 8 de Setembro de 1948.

⁽³⁰⁾ MNE, *ibidem*, carta de Nicolas Franco para José Caeiro da Matta, datada de 9 de Setembro de 1948.

⁽³¹⁾ A prorrogação deste Tratado foi assinada em 20 de Setembro de 1948 por mais 10 anos. - Tratado entre Portugal e Espanha de 1939 e do Protocolo

Surgem, entretanto, novas circunstâncias que determinam o adiamento da viagem já praticamente programada. Um ano, quase completo, mediará até que se desse a sua efectivação.

Uma informação de serviço com carácter "secreto", elaborada por Caeiro da Matta, dá-nos conta do incidente que ia provocando a anulação definitiva da viagem programada para Outubro de 1948. Parece, efectivamente, que Salazar não aceitou o adiamento proposto por Espanha — escassos 8 dias — motivado pela necessidade de Martin Artajo, o poderoso ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, se deslocar à Argentina. O governante português interpretou essa viagem como uma manobra de antecipação, tendo em vista a abertura de Espanha ao contexto internacional. Salazar pelos esforços que sempre fizera em favor do regime espanhol desejava ter a primazia. Nicolas Franco afirmava que assim estava combinado há muito e que Martin Artajo não podia faltar a esse compromisso, tanto mais que se tratava de estar presente na Festa da Raça que, na Argentina, se desejava comemorar com o maior brilho⁽³²⁾. Na extensa carta que o embaixador espanhol escreve a Martin Artajo, relata todas as diligências que haviam tido lugar até ao momento, e põe, ainda, de parte a hipótese de uma acção de oposição à visita por parte do governo inglês: "Explicou-me o Dr. Caeiro da Matta que esta dificuldade não mudou em nada a decisão do Dr. Salazar e do governo português que não admitiam tutelas nem intromissões na sua política soberana". Prossegue na sua missiva: "na manhã de 17 fui chamado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Matta, que me manifestou as dificuldades da sua viagem à Argentina, dado que isso poderia fazer supor um entendimento triangular ou que ali podiam tratar-se coisas relacionadas com esta viagem e daí a conveniência do seu adiamento, no caso de não se evitar a visita do dia da Raça. Manifestei-lhe que assim já está combinado e, por isso, seria impossível mudar a decisão, estranhando, por outro lado, que pudessem relacionar-se factos tão diversos e até explicando a pouca conveniência de relacionar sucessos que nada tinham a ver [...]. Segunda feira, e quando terminava a negociação do Pacto [...] tive notícia muito confidencial da suspensão dos preparativos da viagem com todo o

adicional de 1940. - A assinatura dera-se 10 dias antes da sua possibilidade de denúncia por qualquer das partes.

⁽³²⁾ MNE, *ibidem*, Informação secreta de Caeiro da Matta, datado de 13 de Setembro de 1948.

aspecto de um adiamento definitivo"⁽³³⁾. Nicolas Franco afirmando não acreditar na pressão exterior a determinar esta resolução do governo português, pois "conhece a inteireza do carácter dos portugueses e a sua dignidade de que é um dos máximos expoentes o chefe do governo", mostra-se preocupadíssimo e pede auxílio urgente ao seu governo para resolver a questão da almejada visita.

A inquietação do representante diplomático de Espanha cresce nos dias seguintes. Em carta a Caeiro da Matta mostra uma apreensão que se afigura exagerada mesmo aceitando o princípio do grande empenhamento político de Espanha na sua aproximação a Portugal. Afirma explicitamente as suas apreensões: "Isto inquieta-me, não já por uma viagem em cujos frutos para a nossa política comum, tantas esperanças tínhamos colocado, e que parecem definitivamente perdidas (talvez fosse um enorme erro iniciar as diligências), mas também por algo mais importante. Se a nossa actuação não é habilíssima, bem orientada e rápida, criamos ou permitimos que se crie fatalmente, não a atalhando, a incompreensão, o não entendimento, o afastamento espiritual entre pessoas nas quais, por sua recta intenção, não deve produzir-se e cuja valia e colaboração nos são absolutamente necessárias e talvez não sejam suficientes para prevenir acontecimentos futuros. No campo espiritual poderemos salvar a situação mas sem fé a nossa política não caminhará. Quanto à prática das nossas realizações no futuro imediato, mais próximo vejo toda a projecção fatal e inevitável da situação que se cria e ainda que a nossa previsão tenha salvado o Pacto (o que é alguma coisa), podemos não salvar o espírito que o anima e causa-me grave e profunda inquietação que os dias inactivos que passam a solução elaborada com boas intenções, mas não acertadas, nos venham, como de facto está a acontecer, fazendo avançar num beco sem saída, de onde não poderemos retroceder sem dano para a nossa política de aproximação em momentânea mas aguda crise"⁽³⁴⁾.

Caeiro da Matta envia a correspondência que recebera do embaixador espanhol para Salazar, então ausente de Lisboa, passando uns dias no Vimieiro. A resposta do chefe do governo é bem reveladora da sua visão pessoal do problema, demonstrativa do subtil tratamento

⁽³³⁾ MNE, *ibidem*, Carta de Nicolas Franco, dirigida a Martin Artajo, datada de Lisboa, 22 de Setembro de 1948.

^(M) MNE, *ibidem*, Carta de Nicolas Franco para Caeiro da Matta, datada de Lisboa, 26 de Setembro de 1948.

que conferia a questões às quais retira gravidade, simulando o entendimento dos interesses espanhóis, não se escusando, no entanto, a impor a sua directriz segura em relação aos acontecimentos. Invoca a ponderação entre governos "de modo que o acto traga as maiores vantagens possíveis e os menores inconvenientes". Não assume uma atitude definitiva, não põe de lado concessões futuras, entreabrindo a porta a novas diligências, mas obstina-se na sua posição de evitar possíveis "triangulações" que possam retirar protagonismo à sua abertura perante a Espanha[^]).

Precisamente um ano após teve lugar a visita de Franco a Portugal — a primeira e única visita de Estado que efectuou durante todo o período da sua governação. Como já se afirmou tudo estava praticamente preparado com um ano de antecedência. Entretanto Portugal aderira à NATO e as negociações relacionadas com o Plano Marshall prosseguiam.

Foi grandiosa a cobertura jornalística que, a nível mundial, foi conferida ao acontecimento. Da Turquia à Finlândia jornais e periódicos de vária índole aplaudiam ou criticavam o acontecimento. Interpretações das mais variadas foram exaradas, de acordo com as diferentes ideologias que, então, governavam o mundo.

ⁱ³⁵⁾ MNE, *ibidem*, Extracto de carta escrita por Salazar e dirigida a Caeiro da Matta, datada de 28 de Setembro de 1941 "não pude fugir a considerar excessivamente carregadas as cores com que Dom Nicolau Franco expõe a situação e apresenta a necessidade de conferenciar comigo. Ou não conhecemos nós bem os termos exactos da questão...

Nós compreendemos perfeitamente que dias antes da anunciada visita do Generalíssimo a Portugal o Ministro dos Assuntos Exteriores tenha de deslocar-se à Argentina. Fossem quais fossem as posições ou intuitos anteriores, a nossa compreensão é total para o interesse que pode ter a Espanha nessa visita e noutros actos que dela logicamente derivem no futuro. Por nossa parte e em correspondência com esta atitude só desejamos que a Espanha tenha igual compreensão para que os motivos que se prendem à interpretação internacional daquele acto, a visita do Generalíssimo não pode realizar-se na data aprazada e para que deve ser estudada e acordada entre os dois Governos outra oportunidade. Não há capricho nem afastamento nosso no caso; não há o desejo de reivindicar quaisquer prioridades, aliás valiosas e apreciadas por nós, mas que sacrificaríamos, mesmo que a eles tivéssemos direito, a qualquer outro interesse legítimo. Só desejamos o bem da Espanha e do seu Governo; e por isso mesmo não podemos levemente prestar-nos a equívocos que seriam nocivos para nós sem vantagens visíveis para ela".

Em Portugal e Espanha a repercussão da viagem nos meios de comunicação social — imprensa e rádio — foi, obviamente, retumbante. A oposição apagada e quase inerte, perante a poderosa máquina da censura, pouco se fez ouvir. Alguns jornais clandestinos, nomeadamente *O Avante*, órgão do partido comunista, fez ecoar os seus protestos. As tradicionais forças da oposição ao regime salazarista fizeram ouvir a sua voz, naturalmente, nos espaços exíguos que, com temeridade e grande força de ânimo, ainda lhes restavam. Em Espanha, *El Pueblo*, *Arriba*, *ABC*, *Alcazar* e outros órgãos informativos, ligados ao sector franquista, não calaram, durante dias, os encómios ao governo português, aos monumentos portugueses, à tradicional amizade peninsular, publicando entrevistas com membros do governo, incluindo Salazar. "Amistad Peninsular", "Viagen transcendente", "Sentido y alcance de una entrevista", eram títulos assíduos na imprensa espanhola.

Noutros países, nomeadamente em Inglaterra, o Duque de Palmeia dava nota constante do que por lá se dizia. O *Daily Express*, (com o seu correspondente em Lisboa, Charles Foley) revelou, na opinião do nosso embaixador, "mau gosto e ignorância" sobre estes assuntos. Outros, como o *Manchester Guardian* davam, segundo o mesmo diplomata, notícias deformadas. Assim com o título "Ibéria", aquele jornal declarava que o "principal objectivo da visita de Franco é discutir as suas relações com os mecanismo do Pacto Atlântico Norte"⁽³⁶⁾.

Martin Artajo que, indirectamente, causara o adiamento por um ano da famosa visita teria, posteriormente, colocado alguns obstáculos à viagem do seu chefe. Assim, segundo o relato de António Faria, então Director Geral no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o ministro espanhol mostrara, num almoço havido em Lisboa, aquando das conversações luso-espanholas acerca do Pacto Atlântico, uma "frieza glacial" ao falar-se da próxima visita de Franco. Quando soube desta reacção, Salazar, segundo o mesmo A. Faria "aproveitou a ocasião para esclarecer o Embaixador Carneiro Pacheco sobre a nossa atitude em relação aquela visita. Disse-lhe Sua Excelência ao telefone que não tínhamos nela qualquer interesse. Tínhamo-nos disposto a que ela se realizasse *pro bono* sabendo muito bem que por causa dela se

(36) MNE, *ibidem*, Telegrama de Palmeia para o Ministério dos Negócios Estrangeiros datado de Londres, 25 de Outubro de 1949.

levantariam pelo mundo fora más vontades e dificuldades contra nós. Mas faziamo-lo para ajudar a Espanha — e nada mais"⁽³⁷⁾.

O governo português só em 29 de Setembro comunicou, em nota à imprensa, que a viagem se realizaria. O jornal *O Século* desse dia publicou a notícia, dando ainda como incerta a data de chegada que, obviamente, de há muito era conhecida⁽³⁸⁾. O jornal *Arriba* de Madrid, no mesmo dia, já publicava um longo editorial sobre a visita⁽³⁹⁾.

⁽³⁷⁾ MNE, *ibidem*, Apontamento de A. Faria, datado de 2 de Maio de 1949.

⁽³⁸⁾ Jornal *Século*, 30 de Setembro de 1949: "O Ministério dos Negócios Estrangeiros comunicou ontem à Imprensa que o generalíssimo Franco visitará oficialmente Portugal no próximo mês de Outubro. Não está ainda fixado o dia da chegada do chefe do Estado espanhol a Lisboa.

A propósito, recorda-se nos meios oficiais que o Presidente da República Portuguesa, sr. Marechal Carmona, visitou oficialmente a Espanha em 1929, não tendo sido possível, em consequência dos acontecimentos políticos verificados no país vizinho e da última guerra mundial, que aquela visita fosse até hoje retribuída. E salienta-se que a anunciada viagem a Portugal do generalíssimo Franco muito contribuirá, sem dúvida, para o estreitamento dos laços de amizade e para o bom entendimento entre as duas nações peninsulares. Madrid, 29. Confirmam oficialmente em Madrid, que o generalíssimo Franco fará, no próximo mês, uma visita oficial a Portugal.- (F.P.)".

⁽²⁹⁾ Jornal *Arriba*, 30 de Setembro de 1949. "Viajem transcendente: El anuncio del próximo viaje del caudillo a Portugal, es noticia que por si sola llena la actualidad nacional y matiza con inconfundibles trazos el presente horizonte internacional. El Generalísimo al visitar 'a pequena casa lusitana', no solamente cumple un rigoroso percepto protocolario sino también, y sobre todo, subraya una realidad política de honda transcendencia: el bloque ibérico.

Ha querido el destino que sea Portugal el primer país extranjero que recibe oficialmente la invicta presencia del Generalísimo. Asi lo ha querido el destino y Dios nunca es juez injusto. Portugal se merece este honor que es, el proprio tiempo, un honor reciproco para los españoles.

Al trasladarse Franco a tierras lusitanas, queda testimoniado con honda huella el aprecio que España entera siente por el pais vecino. Fresca esta en la memoria Hispana a nuestra cruzada de liberación. Si desde el comienzo de nuestra guerra contamos con un flanco amigo, este no fue otro que el de la dilatada frontera portuguesa. Desde Portugal llegaron alimentos y medicinas a la zona nacional y, en fin, sangre portugués y se mésele heroicamente con sangre española en los campos de batalla.

Este generoso apoyo a nuestra lucha armada contra el comunismo evidenció a los ojos del mundo una firme comunidad de ideales [...] Viejos y ultrapasados prejuicios historicos han caido desechos ante firmes y tangibles garantias de respeto de las reciprocas soberanias.

O projecto da viagem de Franco já praticamente elaborado, desde há muito, como se afirmou, foi ligeiramente modificado. Aí colaborou o próprio Dr. Salazar que o anotou, modificou e nele inseriu alguns reparos. Caeiro da Matta enviou nota sucinta a todos os embaixadores portugueses sobre a viagem e deu indicações aos seus diplomatas no sentido de "preparar" os órgãos informativos onde quer que desempenhassem as suas funções.

Do programa em que definitivamente se assentou para a visita, que decorreu entre 22 e 27 de Outubro de 1949, estabelecia-se o embarque de Franco em Vigo, no cruzador "Miguel Cervantes", ao tempo o melhor navio de guerra espanhol, por sua vez escoltado até Lisboa pelos cruzadores "Galicia" e "Almirante Cervera". Nas águas das Berlengas dava-se o encontro com navios de guerra portugueses.

Às 14.30 horas do dia 22 desembarcou no Cais do Terreiro do Paço, acompanhado do seu séquito⁴⁰). Sua mulher, D. Carmen Pollo,

Con ocasión del proximo viaje del Caudillo, la entrañable amistad luso-española ha de cobrar mayor vigor todavía. Para ejemplo y lección del mundo, el viaje de Franco a Portugal demostrará la inextinguible vigencia de la única realidad política considerable que hoy cuenta en el auténtico occidente europeo".

⁴⁰) Ai era esperado pelo General Carmona, Dr. Oliveira Salazar, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Matta e pelo Presidente da Câmara Municipal, ao tempo o General França Borges. Uma tribuna estava preparada e aí tomaram lugar as esposas dos dois Chefes de Estado, o Cardeal Patriarca, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, o Procurador Geral da República, os Majores Gerais da Armada e do Exército, o Governador Civil de Lisboa e, ainda, mais de vinte membros do governo. Após as cerimónias de cumprimentos o Generalíssimo seguiu para Queluz onde descansou e almoçou. No programa da tarde estava previsto ter lugar uma visita ao Palácio de Belém onde Carmona o esperava e, depois, já ao finalizar do primeiro dia, uma visita protocolar à Câmara Municipal de Lisboa onde o respectivo Presidente bem como os dirigentes das Associações Comercial e Industrial de Lisboa, os Presidentes da Academia de História, de Ciências e de Belas Artes, o Reitor da Universidade de Lisboa, o Presidente do Grupo de Amigos de Lisboa, etc. o foram cumprimentar e assistir à assinatura do Livro de Ouro da cidade, por parte do Caudilho. O primeiro banquete oficial e os primeiros discursos tiveram lugar nessa noite no Palácio da Ajuda. O segundo dia da visita foi ocupado com missa privada na capela do Palácio de Queluz e recepção à colónia espanhola, na Sala de Espelhos do mesmo Palácio. Após almoço íntimo ainda em Queluz Franco assistiu a uma Tourada à Antiga Portuguesa que se iniciou

como é sabido, chegara a Lisboa na véspera, por caminho de ferro directo à estação de Entre Campos, acompanhada das consortes de Martin Artajo, do Ministro da Marinha, dos seus chefes da Casa Militar e da Casa Civil, da esposa do Introdutor de Embaixadores, do Director-geral Político do Ministério de Assuntos Exteriores, do Director de "Seguridad", da senhora de Norton de Matos, então conselheiro na Embaixada de Portugal em Madrid, e, ainda, de alguns políticos e do seu oficial às ordens. À sua chegada, esperavam-no a esposa de Carmona, o Chefe do Protocolo do nosso Ministério dos Estrangeiros, e todo o pessoal da Embaixada de Espanha, incluindo o respectivo capelão.

Não são conhecidos incidentes de qualquer tipo durante a estadia de Franco em Portugal. Alguns deslizes no protocolo foram prontamente explicados pelo respectivo chefe do nosso ministério dos Negócios Estrangeiros. Falou-se do grande entusiasmo popular ou, pelo menos, assim se referiam os jornais da época. Resta acrescentar que nos espectáculos que, em honra de Franco, foram organizados em S. Carlos, Praça de Touros do Campo Pequeno, etc. todos os lugares eram ocupados por convidados pois não haviam sido colocados bilhetes à venda.

Um só problema preocupou as autoridades portuguesas mas, também este, foi bem prevenido pela directa intervenção de Salazar. Tratou-se da questão de Olivença e da sua restituição. Segundo constava os "Amigos de Olivença", procuraram desenvolver a sua acção, ou

às 16 horas. No 3º dia as cerimónias tiveram origem em Mafra onde se deu uma recepção e visita à Igreja do Convento. Depois Franco assistiu a exercícios militares e almoçou com a oficialidade. Após o repasto partiu para Sintra e, aí, visitou o Palácio da vila e o Parque da Pena. Regressou pelo Estoril e visitou o Estádio Nacional. Depois de um jantar íntimo houve Récita de Gala no Teatro de S. Carlos. No dia 25 de Outubro, uma quarta feira, foi ocupado com a ida ao Buçaco e a Coimbra, para onde saiu em comboio especial que partiu de Queluz directo ao Luso, cerca das 10 da manhã. Pernoitou no Buçaco donde partiu ao outro dia de manhã directo a Fátima onde Franco com a sua comitiva assistiu à Missa na capela das Aparições. Depois almoçou no Castelo de Leiria. No regresso a Lisboa, nesse dia, ainda parou junto do Mosteiro da Batalha e do Convento de Alcobaça, monumentos que visitou. À noite houve banquete na Embaixada de Espanha. No sexto dia de manhã partiu de avião para Madrid. Uma formatura militar teve lugar desde a Praça do Areeiro até ao Aeroporto onde as principais entidades portuguesas o aguardavam para a despedida. Aviões nacionais escoltaram o avião presidencial espanhol até à fronteira.

pelo menos terem qualquer intervenção, durante a visita a Lisboa do Generalíssimo Franco. Aliás, quando se anunciara, no ano transacto, em jornais ingleses, a provável visita do Generalíssimo, já então tais periódicos haviam feito referências ao aspecto da restituição de Olivença. Os dirigentes das organizações relacionadas com a devolução dessa antiga povoação portuguesa, desde 1801 na posse de Espanha, teriam, agora, a intenção de solicitar ao Generalíssimo uma audiência especial aproveitando a que seria concedida aos oficiais portugueses que tomaram parte na guerra nacionalista em Espanha e, nessa ocasião, mas "sob prévio acordo com o Governo" apresentariam o desejo da restituição de Olivença. Salazar ouvira os precisos termos desta intenção ao General Raul Esteves, que acrescentara já há meses ter falado no simples aspecto da citada restituição com o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Doutor Caeiro da Matta, mas sem ter havido, como é lógico, qualquer sequência no assunto, a não ser bom acolhimento. Salazar alude, a título de simples lembrança, esta informação, por lhe parecer que o assunto terá de ser atendido, a fim de que não haja qualquer atitude sem o prévio acordo com o Governo, como é indispensável. Seria caso a tratar, talvez, pelo Ministério do Interior ou dos Negócios Estrangeiros⁽⁴¹⁾.

Não sabemos se o assunto foi colocado a Franco ou a alguns dos ministros espanhóis que o acompanharam. Documentos fotográficos e notícias recordam, no entanto, a recepção que Franco prodigalizou aos antigos combatentes portugueses na guerra civil de Espanha.

A visita de Franco a Coimbra foi aprazada para 25 de Outubro, uma terça-feira. Aí iria receber a maior consagração no decorrer da sua estadia. Com a sua comitiva Franco havia suportado na véspera — a sua terceira jornada em Portugal — um programa sobrecarregado. Este incluía uma visita a Mafra e, aí, uma recepção logo pela manhã e visita ao respectivo Convento, acompanhado pelas mais altas patentes do exército português incluindo Santos Costa já então Ministro da Defesa. Entre as 10 e as 13 horas assistira aos exercícios militares na respectiva

⁽⁴¹⁾ MNE, *ibidem*, Informação do Gabinete do Chefe do Governo, datado de 29 de Setembro de 1949. "O Grupo dos Amigos de Olivença" era presidido pelo prof. Queiroz Veloso, sendo completamente independente, na sua organização, do "Circulo de Estudos Históricas de Olivença", presidido pelo General Ferreira Martins. Tinham, porém, ambos, o mesmo objectivo final — a pretensão da restituição de Olivença.

Tapada. Estavam presentes o tenente coronel do Estado Maior D. Carmelo Medrano, ao tempo adido militar junto da Embaixada espanhola em Lisboa, o Almirante Regalado, Ministro da Marinha de Espanha e os Ministros portugueses das Comunicações e Obras Públicas. Depois do almoço, com a oficialidade, partira de automóvel para Sintra (via Malveira). Aí visitou o Palácio da Vila e o Parque da Pena. Depois o trajecto efectuou-se por São Pedro de Sintra e Ramalhão. Passando pelo Estoril, dirigiu-se, pela estrada marginal, em direcção a Queluz, não sem antes ter visitado o Estádio Nacional. Estava ainda previsto, para esse dia, em sua honra, uma visita e espectáculo de gala no Teatro de S. Carlos.

Pela manhã seguinte, ainda antes das 10 horas, partiu da estação de Queluz, num comboio directo às termas do Luso. Cerca das 13 horas aí chegou com os respectivos acompanhantes e logo se dirigiu ao Palace Hotel do Buçaco; um breve passeio pela respectiva mata, em automóvel, e uma visita ao campo onde teve lugar a batalha napoleónica, antecedeu um almoço. Para Coimbra saiu, cerca das 16 horas, utilizando o "Rolls" que o estado português colocou à sua disposição. Chegado à Universidade, uma hora e um quarto após, estacionou na Porta Férrea que atravessou a pé, depois de receber cumprimentos. Visitou, de seguida, a Capela e a Biblioteca de onde saiu incluído no tradicional Cortejo, em direcção à Sala dos Capelos^{f42}).

Ao Professor Eduardo Henriques da Silva Correia, catedrático da Universidade de Coimbra, coube o encargo de elogiar o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira que, na cerimónia, desempenhava o papel de apresentante do General Francisco Franco^{f43}). Começando por citar os Estatutos Pombalinos ao definir o grau de Doutor: "a última e a maior honra" envolvendo o "triunfo e a mais alta dignidade da República das letras" tendo como fim "consagrar e inspirar fervoroso ardor" de quem "chega a tal ponto de honra e louvor", justificou, assim, o luzimento e ritual severo e digno e o alvoroço e as galas vivas e luzidas do acto de imposição das insígnias doutorais. Aludiu, seguidamente, à personalidade "forte de militar e de político" de Franco como chefe de um Estado. Esse Estado, o espanhol, dá ensejo ao Dr. Eduardo Correia para traçar as linhas em

^{f42}) MNE, *ibidem*, Programa de Serviço da visita do Generalíssimo Franco a Lisboa de 22 a 27 de Outubro de 1949.

^{f43}) Discurso do Professor Doutor Eduardo Correia, *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. XXV, fase. II, Coimbra, 1950.

que as similitudes e paralelismos da vida histórica e o destino das duas nações peninsulares se encontraram, formando, a Espanha com Portugal, "uma unidade espiritual cimentado pela mesma fé e pelo mesmo ardor na defesa dos ideais da cristandade". A luta comum contra o muçulmano, os descobrimentos, a Contra Reforma, as correntes neo-escolásticas dos séculos XVI e XVII, os personagens que, como Francisco Suarez, dividiram o seu saber em universidades dos dois países, são factores de aproximação que, juntos a comuns características físicas e geográficas, transformaram os dois países em "blocos inassimiláveis". Justificou, assim, o convite a que Franco tomasse "assento nos arquibancos" da Sala das Capelas. Os elogios a Franco, às suas capacidades militares e políticas, haviam sido traçados pelo seu antecessor no uso da palavra — o Doutor Guilherme Braga da Cruz. O elogio mais caloroso é dirigido ao antigo docente Cerejeira, Doutor em letras pela mesma Universidade que, outrora, na sua faculdade e, agora, nas suas orações pastorais ou nas páginas do seu *Clenardo* sempre acentuara o "significado e a missão cristãs da civilização ibérica". O investigador e o crítico do Humanismo português, Gonçalves Cerejeira, sugere ao seu panegirista que mesmo quem "estiver oposto" — numa invocação do Padre Manuel Bemardes — não deixará "de se sentir possuído dum respeito vivo e duma emoção profunda, ante tanta dignidade e beleza que encerram os escritos pastorais do Cardeal Patriarca de Lisboa".

O Doutor Braga da Cruz, ao tempo o mais jovem doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, iniciara seu discurso afirmando que a "Alma Mater Conimbricense", interpretando o sentir unânime da Universidade Portuguesa aproveita o ensejo para tributar ao homem, "a cujas mãos se deve a salvaguarda da civilização e da cultura espanhola", a mais expressiva das suas homenagens, conferindo-lhe por intermédio da Faculdade de Direito, o grau de doutor *Honoris Causa*^(u). Considera este então jovem professor, que a cerimónia a que se assistira era a mais rica de simbolismo de quantas se têm realizado, ao longo dos séculos dentro das paredes históricas da Sala das Capelas. Prosseguiu afirmando que a riqueza simbólica da cerimónia a que se assiste reside na "dignificação dum homem" que, pela sua vida e obra mereceu "a coroa de louros da ciência". O acto

^(u) Discurso do Professor Doutor Braga da Cruz, *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. XXV, fase. II, Coimbra, 1950.

adquire a mais significativa de todas as homenagens pessoais porque representa "a consagração académica do seu génio militar e do estadista, o supremo reconhecimento dos seus méritos e virtudes e o prémio mais expressivo duma vida votada inteiramente ao ideal da paz e justiça". Para Braga da Cruz este "novo laço de fraternidade espiritual", estabelecido entre a Universidade portuguesa e o "Chefe da Nação irmã", demonstra que a amizade luso-espanhola é algo mais elevado do que um "simples arranjo de chancelarias" para se situar na comunhão e paralelismo e identidade de ideais, sentimentos, crenças, e destinos históricos.

Após aludir à inutilidade de traçar uma biografia do político "desde a guerra de Marrocos à guerra de libertação", chama a atenção dos circunstantes para três facetas da sua existência: "A marca providencial" do seu destino como homem, como militar e como Chefe de Estado. O cancelamento das admissões na Escola Naval a determinar o seu ingresso na Academia Militar de Toledo. Esse "acaso providencial" e um "inexcedível amor patriótico" que o leva a alistar-se como voluntário no exército de Marrocos torna-o um dos oficiais "mais distintos de todos os tempos" vindo a ser "o general mais novo de Espanha e de toda a Europa". Mais tarde o seu nome impõe-se como criador da Academia Militar de Saragoça o que, para o Ministro da guerra francês Maginot —, era "sem discussão o Iº centro de ensino militar da Europa". Para Braga da Cruz a "Guerra de libertação foi um brado da juventude, em defesa da liberdade da pátria". Os desígnios dum destino elevaram Franco "aos quarenta e poucos anos, a generalíssimo dum exército e chefe duma grande Nação". Alude ao "seu brio de militar [...] em todos os momentos decisivos da sua carreira" para historiar a segunda faceta da sua carreira. Ao triunfar na vida "como homem e como militar tinha que triunfar, também, como Chefe do Estado". Para o professor da Faculdade de Direito Franco exerce esta sua última actividade "na defesa intransigente e constante dos valores morais, como a melhor garantia da ordem, do progresso e da justiça".

Apolítica de espírito que Franco então encetou e a percepção de que os problemas da pátria, tais como os de um exército são um problema de elites e que este é essencialmente um problema de educação e cultura, levam a que o Doutor Braga da Cruz associe o ressurgimento de Espanha a uma revolução levado a cabo nos sectores da educação moral das novas gerações e no seu progresso cultural e científico. As reformas do ensino e a obra levadas a cabo pelo "Conselho

Superior de Investigação Científica" são factores para a compressão do progresso espanhol e explicam o êxito de Franco como chefe de Estado.

As últimas palavras do jovem Doutor serão dirigidas ao padrinho do novel doutorando — o Cardeal Patriarca de Lisboa — garante dos seus méritos. Afirma a propósito que embora pelo seu passado Franco não necessitasse dessas garantias quis, assim, "respeitar as tradições universitárias e fez-se acompanhar do mais idóneo e mais ilustre dos fiadores". Na ocasião refere D. Manuel Gonçalves Cerejeira, "por direito próprio, no claustro universitário" e mais um motivo para que a Universidade considerasse esse "dia como um dos seus mais festivos". De acordo com as regras do cerimonial, Braga da Cruz pede ao Magnífico Cancelário Reitor a concessão a Franco do grau de doutor em Ciências Jurídicas "pois ele é o militar ilustre cuja espada nunca foi erguida senão ao serviço da justiça, que nunca fez a guerra senão ao serviço da paz, que nunca utilizou a força dos seus exércitos senão ao serviço do direito". Foram, depois, impostas as insígnias a Francisco Franco, cerimónia que teve lugar a partir das 18 horas. Logo de seguida, às 20 horas, a Reitoria da Universidade Coimbra ofereceu um jantar, seguido da recepção, ao novo doutor e aos seus acompanhantes. Nesse acto, que antecedeu a partida da comitiva para o Hotel do Buçaco, onde todos pernoitaram, pronunciou um curto discurso o Magnífico Reitor, professor Maximino Correia, ao qual contestaria o homenageado⁽⁴⁵⁾. O Reitor lembrou, logo de início, as palavras que Franco pronunciara na proclamação que, de uma das Ilhas Afortunadas, dirigiu à Nação Espanhola na tarde de 18 de Julho de 1936: "Temos o orgulho de ser a primeira nação que se levanta para defender a civilização ocidental ameaçada por as ideias do Oriente". O caminho de "dores e triunfos" que, após essa data, Franco trilhou, levaram Maximino Correia a considerá-lo digno de admiração e respeito dos povos civilizados. Afirmou depois que "a universidade, criação do espírito, para o espírito, detentora do facho da cultura e da educação das juventudes" foi fiel, através dos seus quase sete séculos, aos princípios em defesa da civilização cristã. Franco por direito próprio é merecedor de aí ingressar "na longa teoria dos Doutores que lhe deram vida e alma pelos séculos fora". Antes de terminar o seu discurso, com o elogio do padrinho de

(45) Discurso do Professor Doutor Maximino Correia, *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. XXV, fase. II, Coimbra, 1950.

Franco, Maximino Correia acrescenta que a Universidade de Coimbra recolhe "no tesouro das suas glórias, o dia em que cingiu" Franco "com as insignias" da Academia.

Franco, num discurso longo e rebuscadíssimo, agradece as palavras que ouviu e afirmou a emoção que lhe foi proporcionada ao ser recebido na Assembleia de Doutores e ao ser-lhe conferido o respectivo título⁽⁴⁶⁾. Transferiu, no entanto, essa honra para o povo espanhol que, em conjunto com o português, trava uma batalha defensiva de uma cultura que sempre irmanou os dois países independentes e livres e que, agora, em plena crise europeia, mais se aproximaram, para a cruzada comum em defesa do prestígio da civilização cristã ocidental. Aludiu à sua emoção perante a cidade, os seus monumentos, as suas recordações gloriosas, a velha história de Portugal, desde os feitos dos seus navegadores até ao presente como potência espiritual na vida universal. Compara a Coimbra universitária às suas congéneres; Paris, Oxford, Bolonha, Salamanca. Considera a sua investidura como uma oferenda de fraternidade e aliança da lusitania para com Espanha. Alude à necessidade das universidades peninsulares que na Idade Média foram "faróis de luz que projectaram na Europa o espírito dos seus grandes teólogos e pensadores" e renovaram as suas doutrinas perante o "vacuo" do actual pensamento. Invoca a necessidade das Universidades das duas nações — Portugal e Espanha — manterem vivos os valores espirituais e que "na paz e serenidade" possam elaborar a doutrina renovadora do "nosso Direito secular". Franco prossegue num tom onde transparece muito mais a voz dum humanista que a do consagrado utilizador da espada, lembra a acção do pensamento cristão que há mais de um século viu a escravatura, as penas corporais, os estigmas e as infâmias abolidas nas sociedades civilizadas, serem, agora, "restabelecidas na área comunista" que aniquila seres inocentes. Franco insiste em que só a Igreja e a universidade, unidas, podem evitar esses danos. A revolução russa e o comunismo não são mais que um "fenómeno expressivo da desconformidade da marcha desse mundo social".

Uma nova era de tirania e barbárie só se evitará voltando "às fontes puras do nosso Evangelho" em que deve assentar o novo Direito. O novo Doutor faz um apelo aos homens de Ciência e a todos os que especulam com a Filosofia e o Direito, para que propaguem os princípios

ⁱ⁴⁶⁾ Discurso de Francisco Franco Bahamonde, *O Século*, 26 Out. 1949.

do Direito Social em que assenta o "Movimento" ou seja: considerar o homem como revestido de outros dons superiores dado ele ser feito à imagem e semelhança de Deus. Alude, no seu extenso discurso, ao atraso do direito social codificado possibilitando, assim, "a luta de classes e a justiça pela mão aniquiladora de todo o progresso". Para o Caudilho a "inquietação" que caracteriza as duas revoluções ibéricas vem consagrar a necessidade, de construção desse direito. Fala do que se passa em Espanha e lembra os novos estatutos de trabalho e a obra da nova legislação social, consignando as bases do novo direito social. A sua pátria sobrepondo-se aos partidos e facções, "iluminada", entregou-se a essa autêntica "política de amor". Recorda, ainda, que o regime espanhol no decurso de anos de paz ganhou uma formação religiosa e uma alta educação patriótica, diferenciando-se da outra Europa "entristecida e enlutada". Antes de dirigir uma palavra de gratidão ao seu padrinho, o Doutor Cerejeira, e de brindar a Portugal, à Universidade de Coimbra e à sua corporação de Doutores, Franco afirma que a sua modesta oferta à Universidade de Coimbra consiste em fazê-la participar das suas inquietações e oferece a sua ajuda para que, em paralelo com os seus esforços, as Universidades espanholas trabalhem "na grande tarefa de reinvidicação do Direito mutilado e na elaboração do novo Direito que nestes momentos nasce".

Um jornalista espanhol presente nas cerimónias que tiveram lugar em Coimbra — Luis de Galinsoza — oferece-nos um retrato emotivo dos momentos que aí viveu durante o desenrolar das cerimónias universitárias: "Emoção em Coimbra. Quando o Caudilho passou junto a mim, sem a sua habitual farda militar, sem sequer o seu traje civil das festas de touros ou das corridas de cavalos, mas, estranha e curiosamente, revestido com as amplas pregas da toga latina, logo reconheci no seu perfil sério e quase hierático o ascetismo da sua vida, metade militar, metade monástica. Mas, como debaixo da túnica ia na verdade o soldado, ela não era uma máscara, porque, como ressoou com toques inolvidáveis de emoção naquele paraninfo, Franco se havia tornado merecedor do doutorado em Direito na glória de Coimbra, porque a sua espada, naquela tarde em descanso, tinha salvo precisamente o Direito e a ordem e a paz e a justiça da Península Ibérica. Eu observava em cada um daqueles sábios professores, das mais diversas idades e disciplinas e também das mais heterogéneas ideias e juízos sobre problemas e dogmas políticos, como se sentiam todos orgulhosos do recentíssimo colega. Mas observava mais. Observava que também os olhos de Franco se humedeciam de emotividade sob

aquele abóboda de Historia e de Cultura que é a Velha Coimbra, em que por certo foi armado cavaleiro, segundo a lenda, Rodrigo Diaz de Vivar, e onde efectivamente um Cid contemporâneo da raça ibérica era naquela tarde investido em nome da Cultura que salvou, como Doutor por Direito próprio".

Por sua vez um artigo de Eugenio Montes, membro da Real Academia Espanhola da Língua, merece ser citado⁽⁴⁷⁾. Grande defensor da Falange, jornalista com pena afiada em tudo o que dizia respeito à defesa do regime, estava muito ligado a Portugal onde desempenhou cargos diplomáticos. O "quadro" que nos transcreve das cerimónias que tiveram lugar em Coimbra é, aliás, sugestivo. "[...] O pobre José António (Primo de Ribera) foi-se sem se ter licenciado na margem de um rio doce, apascível e ilustre. Francisco Franco — que é o José António com sorte, amado pelos deuses em vida como o outro na morte — foi ontem escolar na margem da égloga lusitana, e para sempre será professor por esta universidade gloriosa [...] Coimbra em cujo Mondego ressoavam os suspiros de Camões, cujas ruas íngremes subia saltitando, como um passáro, o padre Suarez, em cujas torres se agitam os versos do António Nobre, repicam bronze em louvor de Francisco Franco [...]". Mais adiante neste artigo intitulado "Franco e Coimbra", Eugenio Montes faz considerandos e compara ainda as velhas universidades espanholas onde se perdeu a tradição: Alcalá, Salamanca... e afirma: "Cometemos o erro de fazer depender a Universidade do estado, em vez de fazer depender a sociedade e o estado da Universidade. Talvez essa inversão tenha causado desgraça; talvez a maior sorte de Portugal consista em conservar essa consequência lógica, o princípio no princípio, a cabeça na cabeça, os pés nos pés. Em Espanha ser Doutor não significa nada. Ninguém exige esse título na vida privada e pública, nem a ninguém se dá como sinal de respeito. Ao contrário, em Portu-

⁴⁷⁾ Eugenio Montes Dominguez (1900-82), escritor, jornalista e poeta de origem galega. Foi amigo pessoal de José António Primo de Rivera. Activo apoiante do franquismo, integrou a Junta Técnica de Cultura e Ensino do estado Espanhol, criada pelos insurrectos. Teve um destacado papel na propaganda franco-falangista. Foi conselheiro nacional de Falary. Director do Instituto Espanhol em Lisboa (1943-50), cargo que acumulou com o de Adido Cultural da Embaixada de Espanha em Lisboa e de leitor de espanhol na Faculdade de Letras de Lisboa. Em Portugal desenvolveu intensa actividade jornalística, cultural e política. Foi-lhe concedido, no seu país, em 1945, o Prémio Nacional de Jornalismo.

gal resulta difícil possuir alguma hierarquia sem o diploma doutoral. E em todo o ocidente ocorre o mesmo. Mas nem todos os doutorandos valem o mesmo em Portugal. Coimbra tem, merecidamente a proeminência porque a sua Universidade tem realmente mais sabedoria que Lisboa ou Porto e requer uma maior dedicação. Por isso o Presidente do Conselho, o Patriarca, os ministros dos Negócios Estrangeiros, Finanças, Educação Nacional, etc., etc. saíram deste claustro, alma mater do país.

Quando o Rei Trovador pôs a capital no Tejo soube onde a punha; mas deixando a universidade a Coimbra, deixou-lhe a melhor parte. Este claustro conimbricense, orgulhoso de encamar uma tradição nobre e viva, conferiu ontem a sua insígnia ao soldado e estadista que tornou possível a culta paz peninsular, cujos leis encarnam um novo âmbito de Direito e cuja obra indica ao mundo um campo de continuidade e de salvação. Antes de abraçar os seus companheiros de claustro abraçou Francisco Franco, de forma simbólica, a cidade que o fez Doutor [...] Ritmicamente soaram as trompetas na Sala dos Capelos. Nas janelas uma chuvinha estabeleceu um surdo contraponto com um não-sei quê de baptismal. Tudo tem solenidade e graças de carisma. Deus deu a Franco os dons que a inteligência confirma. Com religiosa unção, o Reitor abre os livros; recita o Caudilho a fórmula latina e põe o rubi que corresponde à sua faculdade no seu dedo: o anel doutoral das núpcias com o saber e o Direito.

Fez-se justiça. Há 13 anos uma monstruosa confabulação de sectarismos e inépcias chamou à noite dia; ao dia noite; luz à sombra, sombra à luz, defensor do Direito a Negrin e tirano a Franco. Agora espontânea e livremente mas sem independência altiva e sem consciência insubornável, a sete vezes secular Universidade de Coimbra, depositária das ilustres tradições e a grande escola jurídica cristã, põe as coisas no seu lugar; restitui às palavras o seu sentido e leva ao seu claustro o nosso paladino⁴⁸).

Os actos solenes que tiveram lugar em Coimbra não contaram com a presença do Presidente da República e, tão pouco, com a do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar.

⁴⁸) Eugénio Montes, "Tranco em Coimbra", *Mundo Hispanico*, Suplemento especial, Madrid, 1949.

O retorno ao Buçaco, onde toda a comitiva pernoitaria deu-se pelas 23,30h. O quinto dia da estadia de Franco em Portugal foi ocupado com o regresso a Lisboa. Após a partida, em automóvel, pelas 10 horas matinais, fez-se uma paragem em Fátima onde teve lugar uma missa, na Capela das Aparições. O almoço foi servido no Castelo de Leiria. Depois, curtas paragens foram efectuadas, para que se visitassem os Mosteiros da Batalha e de Alcobaça. À noite, às 21 horas, foi servido um banquete na Embaixada de Espanha, seguido da recepção.

O regresso de Franco a Espanha deu-se ao outro dia. Partindo do aeroporto da Portela às 11 horas da manhã. Uma formatura militar, desde a Praça do Areeiro até ao aeroporto, foi preparada. O Generalíssimo era aí aguardado pelo Presidente da República, Marechal Carmona, alguns membros do governo e outras entidades que haviam estado na sua chegada a Lisboa. Uma esquadrilha de aviões portugueses, da Força Aérea, acompanhou o de Franco até à fronteira.

Terminou, assim, uma viagem que, ao tempo, causou bastante polémica. Já se afirmou o carácter especial do acontecimento que se traduziu na primeira e única viagem oficial a um país estrangeiro que o Caudilho efectuou durante a sua governação. Esse facto é, naturalmente, bastante significativo. Os resultados práticos desta viagem são relativamente conhecidos e trouxeram benefícios à Espanha, contribuindo para atenuar a situação de isolamento em que esse país então se encontrava. Diminuíram as tensões entre a Inglaterra e a Espanha, bem como entre os E.U.A. e este país. Finalmente as relações entre D. Juan e Franco deram um passo em frente no sentido da futura restauração do regime monárquico em Espanha.

No dia 28 de Outubro o Ministro Caeiro da Matta expedia para todas as Embaixadas e Legações portuguesas um telegrama do seguinte teor: "Retirou hoje Generalíssimo Franco depois visitar Lisboa Coimbra segundo programa estabelecido. Números deste devidamente preparados executados rigor causaram visitante e séquito melhor impressão ordem disciplina bom gosto. Manifestações populares absolutamente espontâneas e não dirigidas devem ter dado a todos impressão sentimentos povo para com Espanha e posição desta em relação comunismo bem como apreço Franco que por sua acção criou por parte Espanha condições paz tranquilidade Península. Estes sentimentos e realidades geográficas históricas continuam a ser base de política dois países não só um para com outro mas Península em relação mais potenciais. Conversas e afirmações públicas unânimes expressão aqueles sentimentos fraterna estima e paralelismo de política

inequivocamente favorável Ocidente. Actual ausência Espanha organismos internacionais interessados naquela organização cria situação ilógica e perigosa que só pode ser remediada por estreito entendimento duas Nações península irmanadas mesmo objectivo. Conversas havidas revelam Espanha convencida seu valor estratégico e forte sua ideologia não manifesta pressa obrigar-se o que a outros cabe promover. Mas não é duvidoso que entretanto só acção Portugal junto Espanha pode *d latere* organismos existentes suprir ilogismos actuais. Generalíssimo mostrou-se reconhecido e emocionado todas provas apreço"⁽⁴⁹⁾.

Anexos

Publicam-se em anexo parte dos inúmeros discursos que foram pronunciados quando da visita do Chefe de Estado espanhol a Portugal, a qual decorreu entre 22 e 27 de Outubro de 1949. Para não avolumar o estudo a que procedemos sobre esta significativa e importante visita de Estado a que procedeu Franco — a primeira e única que fez no decurso do seu Governo — limitamos a sua publicação aos que dizem respeito ao acto solene do doutoramento *honoris causa* pela Faculdade de Direito de Coimbra, que foi concedido ao ditador espanhol.

Uma palavra de vivo agradecimento é devida ao nosso colega Professor Doutor Luís dos Reis Torgal que encontrou e nos facultou três dos discursos originalmente impressos no *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXV, fase. II e, dos quais, foi, ao tempo, elaborada uma separata respeitante a cada um dos autores. Por erro, facilmente corrigível, os respectivos discursos vêm datados como tendo sido pronunciados em Novembro de 1949, quanto tiveram ocasião na sessão solene de 25 de Outubro do mesmo ano. O discurso então pronunciado por Franco, transcrito neste anexo, é copiado da versão portuguesa publicada pelo jornal *O Século*, de 26 de Outubro de 1949.

⁽⁴⁹⁾ MNE, *ibidem*, Telegrama expedido pelo ministro Caeiro da Matta para todas as Embaixadas e Legações, sobre a visita do generalíssimo Franco.

Discurso pronunciado pelo Doutor Eduardo Correia, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, de elogio do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, no dia 25 de Outubro de 1949, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra quando do doutoramento *honoris causa* pela Faculdade de Direito do Chefe de Estado Espanhol, Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde, de quem o Cardeal foi o apresentante.

EXCELENTÍSSIMO CANCELÁRIO REITOR
EXCELÊNCIAS
EMINENTE DIRECTOR DA FACULDADE DE DIREITO
SÁBIOS DOUTORES
SENHORES ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

É o grau de Doutor, na linguagem dos Estatutos Pombalinos, "a última e a maior honra" que pode conferir a Universidade: - envolve o mais alto "triunfo e a mais alta dignidade na República das Letras".

Com o particular triunfo e dignidade que encerra, ele tem, a um tempo, o especial sentido de "consagrar e inspirar fervoroso ardor" na realização dos valores do espírito e da cultura. Por forma que, sendo merecida homenagem pública às virtudes de quem "chega a tal ponto de honra e louvor", integra os fins superiores da corporação que o confere.

Daí, a solenidade rica, a pompa e o luzimento que sempre veste a festa académica em que é recebido um novo Doutor nos claustros da Sala dos Capelos. Daí, porque sempre comove e consola o espírito o ritual severo e digno com que se impõem as insígnias doutorais e se dão os abraços de paz e fraternidade.

Mas o alvoroço e as galas são hoje particularmente vivos e luzidos.

É que vem receber o grau de Doutor em Direito Sua Excelência o Generalíssimo Franco. E só com dizer isto se aclara a transcendência do acto solene a que ora assistimos.

Na verdade, o Generalíssimo Franco, sendo aquela personalidade forte de militar e de político que, com tanta eloquência, acaba de traçar o Doutor BRAGA DA CRUZ, é ainda o Chefe do Estado Espanhol: — Dessa Espanha cuja história e destino, por tanto tempo, correram paralelamente aos de Portugal e a tal ponto que, para além das singularidades de acção no mundo, de temperamento, de arte, e até de paisagem de ambos os povos — que os transformaram em blocos inassimiláveis — formou connosco uma unidade espiritual cimentada pela mesma fé e pelo mesmo ardor na defesa dos ideais da cristandade.

Essa mesma fé, esse mesmo pensamento, ei-los patentes na luta contra o muçulmano, à custa da qual se forma e expande o território; ei-los brilhantes no período áureo dos descobrimentos; ei-los reafirmados no espírito comum que, em Portugal e na Espanha, dominou a Contra-Reforma; ei-los, ainda, nas correntes neo-escolásticas dos séculos XVI e XVQ, com os conimbricenses ao lado de Vitória, Mariana, Molina e sobretudo Suárez, Doutor e Mestre de ambos os povos, cujo nome ainda ecoa nesta Sala, nas quentes homenagens que, pelo seu centenário, em comum, lhe prestámos.

E hoje, de novo, um mesmo pensamento ilumina as relações entre os dois Estados, numa afirmação de solidariedade e apoio mútuo.

Tudo isto, pois, justificaria já por si que, visitando Portugal o Chefe do Estado Espanhol, a nossa Universidade o convidasse a tomar assento nos arquibancos desta Sala dos Capelos, conferindo-lhe solenemente as insígnias doutorais.

Mas acresce que o Generalíssimo Franco se faz apresentar por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa: — Ninguém melhor poderia creditar o particular sentido da cerimónia de hoje.

Pois eu não conheço quem, com mais sabedoria e ardor, tenha por toda a vida acentuado o significado e a missão cristãs da civilização ibérica, quem com mais agudeza tenha ensinado como essa mesma concepção do mundo e da vida nos fez encontrar espiritualmente a Nação irmã.

Não deixa de o mostrar o Senhor Dom Manuel Gonçalves Cerejeira nas páginas admiráveis do seu "Clenardo", integrado na moldura do Humanismo português; acentua-o expressamente nas suas prelecções universitárias; e repete-o ainda nas Orações pastorais.

Aquela mesma impossibilidade de isolar a História de Portugal da de Espanha, porque as dominou por séculos, o mesmo ideal religioso, porque ambas se formam e se dilatam, como defensoras da cristandade, porque a ambas anima o mesmo espírito na Contra-Reforma e o mesmo pensamento filosófico no movimento neo-tomista de Coimbra e Salamanca — tudo isto, que há pouco lembrámos — ensinava efectivamente o Professor Gonçalves Cerejeira, nas suas prelecções na Faculdade de Letras da nossa Universidade.

E, já Príncipe da Igreja, na inauguração das festas do Duplo Centenário, traçando com elevação e vigor a epopeia portuguesa do descobrimento do Mundo, ponderava: "A cavalheiresca Nação irmã, que formava então, na frase de Camões, *a cabeça da Europa toda*, marchou connosco a par na descoberta, colonização e cristianização do Mundo moderno. O Vigário de Cristo repartiu pelas duas Nações irmãs as duas partes do globo terrestre, para o descobrir e restituir a Cristo. Um espírito comum inspirava o génio dos heróis de Portugal e Espanha, que se reconheciam irmãos no sangue e na fé, rivais nas façanhas e na glória".

Mas não é, Senhores, so esta alta atenção de historiador e de pensador ao ideal cristão, no problema da formação e destino dos nossos dois povos, que dá à presença do Senhar Cardeal Patriarca, nesta Sala dos Capelos, uma particular autoridade para acompanhar e apresentar o doutorando. É que o Senhor Dom Manuel Gonçalves Cerejeira é Doutor da nossa Universidade e Doutor de méritos excepcionais. Di-lo já a classificação máxima com que foi premiado o seu amor ao estudo no seu último acto académico, confirma-o o seu notável trabalho de investigador e crítico sobre o Iluminismo em Portugal, comprovam-no ainda os seus posteriores estudos e o brilho das lições com que honrou a Universidade que o fez seu Mestre.

E, sobre tudo isto, tendo, "um apelo de consciência, de abandonar, chorando", o ensino e a sua Escola, para seguir novos caminhos, cingindo a púrpura, numa dádiva total à sua fé e à sua missão, aí o vemos realizar e desenvolver aquela mesma rica personalidade dos vinte anos, que um nosso querido Mestre, o Doutor MÁRIO DE FIGUEIREDO, assim traçou: — Adivinhava-se nele o homem fadado para grandes coisas. Uma inteligência de iluminado que não magoava; uma alma, sempre sedenta das fortes cores da primavera, que era discreta; uma sensibilidade aos borbotões, que precisava de cilícios, e uma vontade, a que a fé não faltava, com cilícios, para macerar a sensibilidade.

Vêde-o, de facto, pouco mais de duas décadas depois, Cardeal Patriarca de Lisboa, iniciando uma obra ingente de reforma e multiplicação de Seminários, a coroar-se e a integrar-se por um "catolicismo heroico", imperativo que põe perante o seu clero, como exigência do nosso tempo.

Encarai-o pisando o solo da América, do Brasil, da Argentina, da África, como que a continuar, com a sua presença e as suas palavras, a epopeia da dilatação da fé dos nossos maiores.

Olhai-o, ainda e sobretudo, pondo toda a sua inteligência, a sua cultura, o brilho do seu estilo e o calor do seu verbo, no apostolado "da recristianização da sociedade, através dum cristianismo vivo, enérgico, militante, criador, audacioso".

Escrevia o Padre Manuel Bemardes, na Introdução aos seus *Exercidos*, "que o seu intento não era persuadir, ou convencer a quem estiver oposto; senão ensinar a quem está persuadido".

Mas eu creio bem... creio bem que, ainda quem "estiver oposto", não deixará, tal como lendo o nosso clássico, de se sentir possuído dum respeito vivo e duma emoção profunda, ante tanta dignidade e beleza que encerram os escritos pastorais do Cardeal Patriarca de Lisboa.

A seu respeito se podem bem repetir aquelas mesmas palavras com que Sua Eminência termina o estudo sobre Clenardo: — "cumpre honrosamente a sua missão, vivendo a vida mais nobre... a que merece ser vivida".

Discurso pronunciado pelo Doutor Guilherme Braga da Cruz Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, de elogio ao Chefe de Estado Espanhol, Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde, no dia 25 de Outubro de 1949, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra quando da sua investidura solene no grau de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Direito de Coimbra.

MAGNÍFICO CANCELÁRIO-REITOR
EXCELENTÍSSIMOS MINISTROS, EMBAIXADORES E
AUTORIDADES DE ESPANHA E PORTUGAL
EXCELENTÍSSIMO DIRECTOR DA FACULDADE DE DIREITO
SAPIENTÍSSIMOS DOUTORES
SENHORES ESTUDANTES
SENHORAS E SENHORES

A Universidade de Coimbra não podia ficar indiferente nesta hora de intenso júbilo que atravessa Portugal com a visita do Chefe de Estado da Nação irmã. Interpretando o sentir unanime da Universidade Portuguesa, a *Alma Mater* conimbricense quis aproveitar o ensejo para tributar ao homem, a cujas mãos se deve a salvaguarda da civilização e da cultura espanholas, a mais expressiva das suas homenagens, conferindo-lhe, por intermédio da Faculdade de Direito, o grau de doutor *honoris causa*.

A cerimónia que vamos presenciar, meus Senhores, é, sem dúvida, a mais rica de simbolismo de quantas se têm realizado, ao longo de séculos, dentro das paredes históricas desta Sala; e a mais significativa — dentro da sua simplicidade — de quantas homenagens Portugal podia prestar, neste momento, ao seu ilustre visitante:

— *A mais rica de simbolismo*, porque, se representa, em si, a dignificação dum homem, que mereceu, pela sua vida e pela sua obra, a coroa de louros da ciência, representa também — e mais que isso — a exaltação da cultura dum povo, pela entrega da borla doutoral ao mais lídimo e mais ilustre dos seus representantes. Na pessoa de Francisco Franco, é a cultura milenária e cristã da vizinha Espanha que Portugal, neste momento, pretende exaltar, por intermédio da mais vetusta e mais famosa das suas instituições culturais, que é esta velha e sempre jovem Universidade de Coimbra.

Rica de simbolismo como nenhuma outra, esta festa é também — dizíamos há pouco — *a mais significativa* de todas as homenagens que o generalíssimo Franco podia receber, na sua peregrinação de amizade à terra portuguesa:

— *A mais significativa* como homenagem pessoal, na medida em que representa, acima de todas as considerações de ordem política, a consagração

académica do seu génio de militar e de estadista, o supremo reconhecimento dos seus méritos e virtudes, e o prémio mais expressivo duma vida votada inteiramente ao ideal da paz e da justiça.

— Mas a mais significativa, também, como homenagem prestada, através dele, a toda a nobre Nação, a cujos destinos hoje preside. Atentai bem, meus Senhores, no significado deste facto que presenciemos: Francisco Franco, chefe do Estado Espanhol, será, dentro de momentos, um doutor de Coimbra; receberá do Reitor e de cada um dos doutores Conimbricenses o simbólico abraço da paz; tomará o lugar que lhe está destinado no seio do claustro universitário. Neste novo laço de fraternidade espiritual, que assim se estabelece entre a Universidade portuguesa e o Chefe da Nação irmã, vai a afirmação plena de que a amizade luso-espanhola é alguma coisa de mais puro, de mais alto, de mais profundamente enraizado do que um simples arranjo de chancelarias, ditado por considerações de oportunismo histórico; vai a afirmação plena de que a amizade peninsular se situa integralmente no campo do espírito, sendo uma comunhão de ideais, de sentimentos e de crenças, ditada pelo paralelismo da civilização e cultura dos dois povos e pela identidade dos seus destinos históricos.

Não é tarefa simples, Senhoras e Senhores, condensar num breve discurso a biografia dum homem cuja vida e cuja obra enchem algumas das páginas mais brilhantes da história de Espanha. Inútil seria, de resto — por sobejamente conhecidos —, estar a relembrar aqui, um por um, os passos da sua carreira militar, os golpes de audácia e de patriotismo que praticou, desde a guerra de Marrocos à guerra de libertação, e os factos a que se acha ligado directamente o seu nome, na obra de ressurgimento da Espanha contemporânea.

Vou chamar apenas a Vossa atenção para as três facetas mais destacadas da sua vida e da sua personalidade e que são como que a síntese de toda a curva ascensional da sua existência: — A marca providencial do seu destino como homem; a sua maneira específica de encarar a vida *como militar*; a supremacia dada aos valores do espírito e aos problemas da cultura, na sua obra como *chefe de Estado*.

Na vida de Francisco Franco, desde a primeira juventude até o presente, cumpre-se plenamente o programa dum destino providencial. Nascido junto ao mar, descendente de grandes marinheiros, Franco julga pressentir, durante a mocidade, que se encontra no mar a senda do seu destino. Conclui com brilho o seu curso liceal no Colégio da Marinha e prepara-se com entusiasmo para dar ingresso na Escola Naval. Um facto insignificante, porém, vem forçá-lo, inesperadamente, a seguir um outro rumo na vida: — Razões de ordem financeira, levam o Governo espanhol, nesse ano da Graça de 1907, a reduzir os quadros do exército e da marinha e a cancelar, até nova ordem, os exames de admissão à Escola Naval. Francisco Franco tem de trocar a farda de

marinheiro pela de cadete do exército e ingressa na Academia Militar de Toledo.

Simple obra do acaso?—Talvez. Mas a verdade é que foi esse acaso providencial que traçou o destino da sua vida, num encadeamento sucessivo de factos onde parece estar sempre presente o dedo da Providência. É esse acaso providencial que faz dele um oficial do exército, lançando-o na roda da vida, com o posto de segundo-tenente, ao terminar o primeiro decénio deste século. E é o amor da sua farda de militar, aliado a um inexcedível amor patriótico, que o impele a alistar-se voluntariamente no exército de Marrocos, disposto a sacrificar a vida pela grandeza da Pátria. E é a guerra de Marrocos, por seu turno, que o revela à Espanha e ao Mundo, como um dos oficiais mais distintos de todos os tempos, proporcionando-lhe uma carreira militar que dificilmente encontrará na história espanhola termo de comparação.

Numa cadeia ininterrupta de feitos heroicos, Franco ascende de segundo-tenente a general, no curto espaço de 12 anos, sem conhecer uma única promoção por antiguidade. Com 32 anos, é o general mais novo da Espanha e de toda a Europa, tem o peito coalhado das mais altas condecorações militares e pode orgulhar-se de só ter atrás de si promoções por mérito de guerra. Se a Espanha o deu ao exército e se o exército lhe indicou o caminho de Marrocos, a terra marroquina restituiu-o à Pátria coberto de prestígio e de glória.

Mas o encadeamento providencial dos factos não termina por aqui: Quando se resolve criar, em 1928, a Academia Militar de Saragoça, como escola militar de elite, o nome que se impõe por si mesmo, para a fazer surgir do nada e encaminhar os seus primeiros passos, é o nome deste jovem general, que a guerra de Marrocos tinha transformado no oficial mais distinto do exército espanhol.

Franco ergue por suas próprias mãos essa Academia Militar, que um ministro da guerra francês — o grande Maginot — havia de declarar "ser, sem discussão, o primeiro centro de ensino militar da Europa". Desde então, Franco não é já apenas o vencedor de Marrocos; é também o chefe dos cadetes de Espanha, o mesmo é que dizer, o chefe espiritual das gerações novas do exército espanhol.

G seu destino de chefe supremo da cruzada de redenção de Espanha ficava, nesse momento, traçado à distância. A guerra de libertação foi um brado de juventude, em defesa da liberdade da Pátria; Francisco Franco, chefe da juventude militar de Espanha, tinha que ser o arauto desse grito libertador, tinha que ser forçosamente o chefe do ressurgimento espanhol que ia iniciar-se. Se a guerra de Marrocos fez dele o chefe da Academia Militar, a Academia Militar fez dele o chefe incontroverso da nova Espanha.

Os desígnios dum destino, que parece ter sido providencialmente talhado, elevaram este homem, aos quarenta e poucos anos a generalíssimo dum exército e a Chefe duma grande Nação. E como encarou o homem os

desígnios do destino? — Colocando sempre na vida — e acima de tudo — o seu *brio de militar*, quer dizer, encarando a própria vida como o cumprimento permanente dum dever e respondendo *sempre "presente"* — sem ambições, mas sem medo — a cada chamamento que a vida lhe dirigiu.

E é este, minhas Senhoras e meus Senhores, o segundo aspecto da biografia e da personalidade de Francisco Franco, que importava salientar aqui. Eu ia a dizer, ainda mais, que é esse o grande ensinamento que se colhe da sua brilhante carreira de militar e de estadista.

Em todos os momentos decisivos da sua carreira, desde simples cadete a Chefe de Estado, Franco é sempre o militar brioso, que nada pede nem ambiciona da vida, mas que nunca se recusa a dar à vida tudo o que ela lhe exige, por maiores que sejam os sacrifícios e as responsabilidades que lhe ficam pesando sobre os ombros. Encarando militarmente a vida como o cumprimento dum dever, Franco despreza sempre as honrarias do mundo; e quando o mundo lhas concede, como prémio ao seu valor ou aos seus feitos heroicos, nunca as recebe com o orgulho do triunfador, mas apenas com o pensamento na melhor maneira de corresponder aos novos deveres, aos novos encargos, às novas responsabilidades que lhe traz cada novo degrau que a vida o manda subir na escada do triunfo.

Franco triunfou na vida como *homem e como militar*; tinha que triunfar também como *Chefe de Estado*. E o segredo do seu triunfo, como Chefe de Estado, está em ter sabido dar a primazia aos valores do espírito, estruturando as bases da nova Espanha sobre os princípios eternos da civilização ocidental e cristã e reintegrando a Pátria na linha do seu destino histórico. A sua acção de governante — numa palavra — tem sido, na paz, o que a sua espada foi na guerra: uma defesa intransigente e constante dos valores morais, como a melhor garantia da ordem, do progresso e da justiça.

Todos os aspectos da sua política de governante se encontram subordinados a esse lema supremo duma política do espírito. Franco, que foi um dia director duma Academia Militar, pôde pressentir, melhor do que ninguém, que o grande problema duma Pátria é incontestavelmente — tal como o problema dum exército — um problema de elites, e que o problema das elites, nos nossos dias, é essencialmente um problema de educação e de cultura.

A nós, como universitários, nenhum aspecto da obra imensa de ressurgimento de Espanha nos podia impressionar tanto, como esta revolução completa levada a cabo no campo da educação moral das novas gerações e no campo do progresso cultural e científico.

Lede, Senhoras e Senhores, as reformas espanholas do ensino, particularmente a do ensino universitário; procurai informar-vos da obra gigantesca, em prol da ciência e da cultura, dessa instituição modelo que é o Conselho Superior de Investigações Científicas. Não precisareis de mais para

compreender que o ressurgimento da Espanha tem sido, acima de tudo, um ressurgimento do espírito, e que nisso está a explicação basilar do êxito governativo de Franco como Chefe de Estado.

Manda a praxe universitária que, nos actos solenes de imposição das insígnias doutorais, o doutorando se faça acompanhar dum apresentante ou padrinho, que seja uma espécie de fiador, perante a Universidade, dos seus merecimentos científicos e do seu propósito de corresponder, pela vida fora, à grande honra que lhe vai ser conferida. Franco, pelo seu passado, não precisaria de dar quaisquer garantias dos seus méritos, nem de pedir a ninguém que atestasse, em seu nome, ao magnífico Reitor, o propósito que o anima de dignificar as insígnias doutorais. Mas quis respeitar as tradições universitárias e fez-se acompanhar do mais idóneo e mais ilustre dos fiadores.

O nome de Sua Eminência o Senhor Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira é daqueles que não podem pronunciar-se nesta Sala sem uma grande emoção. Professor da estatura dos mais famosos que em Coimbra tem ensinado, teve um dia de deixar a cátedra e de trocar a borla doutoral pelo chapéu cardinalício. Mas Sua Eminência nunca deixou de ficar preso, pelo coração, a esta velha Universidade, a que outrora consagrou o melhor do seu esforço e do seu talento. E hoje, trocado de novo — por momentos — o chapéu cardinalício pela borla doutoral, vem a esta Casa ocupar o lugar que lhe compete, por direito próprio, no claustro universitário. Que outros motivos não houvesse, este seria o bastante para que a Universidade considerasse este dia como um dos seus dias mais festivos.

Magnífico Cancelário-Reitor

Francisco Franco Bahamonde, generalíssimo e Chefe do Estado Espanhol, encontra-se presente para ser-lhe feita a concessão do grau de doutor em ciências jurídicas. É justo que lhe não seja negado, pois ele é o militar ilustre cuja espada nunca foi erguida senão ao serviço da justiça, que nunca fez a guerra senão ao serviço da paz, que nunca utilizou a força dos seus exércitos senão ao serviço do direito. Peço-vos, em nome da minha Faculdade, que me delegou tão honroso encargo, que lhe entregueis as insígnias que tão sobejamente tem demonstrado merecer.

Discurso pronunciado pelo Doutor Maximino Correia, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra e, ao tempo Reitor da respectiva Universidade de elogio ao Chefe de Estado Espanhol, Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde, no dia 25 de Outubro de 1949, no decorrer do jantar que a Reitoria ofereceu ao novo doutor *honoris causa*.

Excelência:

Temos o orgulho de ser a primeira nação que se levanta para defender a civilização ocidental, ameaçada por as ideias do Oriente.

Com estas palavras fechava Vossa Excelência a proclamação que, de uma das Ilhas Afortunadas, dirigiu à Nação Espanhola na memorável tarde de 18 de Julho de 1936 e com elas definitivamente transpôs os umbrais da História.

O caminho de dores e de triunfos, depois trilhado, levou Vossa Excelência às culminâncias do heroísmo e impuseram-no ao respeito e à admiração dos povos civilizados.

Ora há nesses povos Instituições que, pela natureza e deveres que lhes incumbem, sentem mais intensamente as ressonâncias dos factos históricos, no real significado humano; são as Universidades, criações do espírito, para o espírito, detentoras do facho da cultura e da educação das juventudes.

A Universidade de Coimbra, com quase sete séculos de existência, soube sempre manter-se fiel aos princípios que a fundaram e engrandeceram, lutando e trabalhando pela civilização cristã.

Na longa teoria de Doutores que lhe deram vida e alma pelos séculos fora, ingressa o Generalíssimo Franco, por direito próprio, estrénuo paladino de uma civilização que é a razão de ser da nossa existência.

A Universidade de Coimbra recolhe, pois, no tesouro das suas glórias, o dia em que cingiu Vossa Excelência com as insígnias da nossa Academia e faz votos por que os laços fraternais que sempre nos ligaram na difusão da fé e da cultura pelo mundo, se multipliquem e fortaleçam com a felicidade e a confiança das nossas queridas Pátrias.

Sua Eminência, o Senhor Cardeal Patriarca, excelso Apresentante do novo Doutor, a Universidade de Coimbra, conta-o como uma das mais lídimas glórias e guarda nos arcanos da sua História a veneração por quem tanto a tem enobrecido.

Em nome da Universidade de Coimbra e do Claustro dos seus Doutores, ergo a minha taça pelas venturas pessoais de Vossa Excelência, nosso novo e insigne Doutor de que a presença em Portugal é a expressão mais alta dos vínculos espirituais dos nossos dois países.

Por Vossa Excelência!
Pela grandeza da Espanha!

Discurso de agradecimento de Francisco Franco Bahamonde, Chefe de Estado Espanhol no jantar que o Reitor lhe ofereceu no Paço das Escolas da Universidade de Coimbra, pronunciado no dia 25 de Outubro de 1949, quando do seu doutoramento *honoris causa* pela Faculdade de Direito da mesma Universidade.

Raramente na minha vida de soldado e de governante a Providência me deu o prazer de uma emoção tão grande como a que inspira a minha alma desse sentimento de gratidão mais profunda, pela honra que me fizeram ao receber-me na vossa Assembleia de Doutores no claustro doutoral e ao investir-me deste título que aceitei consciente do que significa o seu valor representativo em todos os aspectos da vossa intenção e do vosso propósito. Haveis querido, sem dúvida, honrar e enaltecer na minha pessoa a quantos espanhóis sustentam hoje a batalha defensiva de uma cultura que nos uniu fraternalmente em tantos séculos de história paralela. Desejasteis tomar presente esta amizade manifestada sem equívocos em todos os nossos actos históricos contemporâneos e de maneira especial neste instante do Mundo exprimindo com este estreito abraço dos vossos espíritos, que as culturas hispânica e lusitana, filhas de dois povos independentes e livres, se aliam e unem para a cruzada comum de defender, na crise da Europa, o prestígio da civilização cristã do Ocidente.

A minha emoção aumentou ao transpor os umbrais do sagrado recinto desta Lusa Atenas, onde, entre os monumentos artísticos, poéticos, os ex-votos e as memórias gloriosas assentes em paisagens sugestivas e horizontes cativantes se descobre todo o esplendor da velha história de Portugal, desde o seu longínquo nascimento, da era feliz dos seus mosteiros e dos seus poetas, até ao renascimento actual da sua alma religiosa; desde o início dos seus épicos périplos de navegação, até à sua trajectória presente, como potência espiritual na vida do Mundo. Respira-se aqui, nesta casa solarenga da cultura lusitana, o límpido ambiente daquela ciência que saiu armada de ponto em branco, para conquistar com o signo universal, as cátedras do Oriente e do Ocidente.

A Coimbra universitária chegou a ser, não só a émula de Paris, de Oxford, de Bolonha e da nossa Salamanca como centro de gravidade do espírito lusitano, na magna ocasião do século XVI, quando, como agora, havia que resolver o problema do Mundo à luz da teologia. Seja, pois, nesta hora da investidura que me impusesteis, a oferta de irmandade e aliança com que a Lusitania obsequieia a sua companheira Ibérica e a afirmação da sua constante vontade de conviverem como almas gémeas e soberanas, no vetusto solar da Península, afanosas cada qual na sua esfera, porém, através de um mesmo ideal de conseguir o ressurgimento político e social e que novas normas estabeleçam e fortaleçam a civilização cristã no continente europeu.

Na Idade Média, ao despertar da cultura, foram as nossas Universidades faróis de luz que projectaram na Europa o espírito dos seus grandes teólogos e pensadores; e nesta crise da Europa, em que as nossas nações aspiram a manter os valores do espírito, às suas Universidades corresponde, como muito bem dizeis, elevar a sua inteligência e abrir as suas asas para renovar as doutrinas que encham o grande vácuo que se verifica no pensamento universal.

Quando os grande teólogos e os pensadores católicos tinham na Universidade uma posição principal na elaboração do pensamento vivemos os nossos séculos de ouro; porém, quando esse pensamento foi truncado e faltou nas nossas aulas a colaboração

das consciências insubornáveis dos homens de fé, a Universidade, que antes era espírito e verdade, caiu no Mundo submersa pelo materialismo iconoclastico dos nossos tempos. Nesta era materialista da vida, a Universidade morreria se não se lhe injectasse nova seiva; se não se elevasse e dignificasse o seu pensamento e o seu espírito, porque não ganha a batalha a erudição barata de um alfabetismo de ignorantes.

Mas já que me haveis outorgado o grau de doutor, que une a minha espada de soldado e de governante ao campo das vossas letras, permiti que vos traga o fruto das inquietações para que as vossas e as nossas Universidades consigam elaborar, na paz e serenidade dos seus claustros a doutrina renovadora do nosso direito secular e que ela leve a luz às trevas em que o mundo moderno pretende submergir-se.

Não podemos olhar impassíveis para o facto de o Direito criado pelos nossos teólogos e pelos nossos juristas assente sobre os princípios da verdadeira filosofia ser manchado, maltratado e escarnecido, ao presidir às relações entre os novos. Quando por influência do pensamento cristão, e há mais de um século, se aboliram totalmente as penas corporais, o estigma para as famílias ou para os povos das sociedades civilizadas, ninguém podia pensar que nos tempos actuais, vissemos essas cruéis e aflitivas penas restabelecidas na área comunista, como arma normal, para se subjugarem os povos. Há que voltar pelos focos do direito das gentes, inspirado pelo Direito Internacional escarnecido a um período em que saía das Universidades a condenação moral de quantos o mancham; e na presença dos novos métodos de aniquilar inocentes, têm de unir-se as vozes da Igreja e da Universidade, no mesmo espírito de humanidade, e guerrear e limitar os seus estragos.

Se este direito se não restabelecer, qual será, no futuro, a sorte dos povos pequenos e grandes? E se aceitarmos sem condenação estes precedentes, quais chegarão a ser as transgressões do Direito pelos poderosos? Se o precedente repugna à maioria dos povos, acendamos nas nossas Universidades a chama da reivindicação desse Direito, seguros de despertar o entusiasmo no coração das Universidades dos outros povos amantes da Justiça.

Se olharmos os outros campos do Direito, um facto importantíssimo que caracteriza a era em que vivemos apresenta-se inteiramente: o problema social que se levanta na sociedade moderna e ao qual ou se lhe dá estado ou vida oficial ou passará à clandestinidade e à irresponsabilidade mais completa. O Mundo leva uma marcha que seria inútil e quimérico pretender deter e, perante ela, os velhos princípios mostram-se ineficazes para os tempos novos. Mudou muito o conceito das coisas e as novas gerações negam-se a seguir os moldes das anteriores. Nada conseguirão as classes que regem os povos em agarrar-se a posições que o egoísmo lhes faz crer que são de benefício. A vitória e a derrota não podem dar à luz no mundo das ideias nem cortar a evolução do pensamento. A Revolução russa e o comunismo não são mais do que um fenómeno expressivo da desconformidade da marcha desse mundo social, que grandes sectores dos países desejam. Os agrupamentos económicos e de classe, perturbando, dominando e tomando conta de todo o campo da política na maior parte das nações, constituem outra manifestação.

Assistimos a uma Revolução mais transcendente do que a Revolução francesa. Vivemos uma era social que não podemos desconhecer e sobre as outras formas de Direito elaboradas e aperfeiçoadas através do tempo levanta-se hoje o Direito Social pedindo um posto de primazia. O facto existe. E a Revolução ou abrirá o seu caminho e se realizará pela via fecunda da filosofia católica ou derivará para a via comunista, fazendo-nos retroceder para uma nova era de tirania e de barbária.

Quando contemplamos o panorama do Universo, que se esforça por dar solução a estes problemas pelas formas capitalistas ou pela via materializada dos marxismos fracassados é que se sente todo o vazio da filosofia social em que se pretende assentar o novo Direito e para nós não pode ser outro do que aquele que há séculos vem proclamando a Igreja Apostólica Romana.

Temos de voltar às fontes puras do nosso Evangelho para considerar o Homem tal como o definiu o Movimento espanhol e outorgar-lhe em consequência não só os direitos de uma especulação puramente materialista, como aqueles outros superiores que lhe devemos porquanto o nosso próximo foi feito à semelhança e imagem de Deus. Mas para que esta ideia triunfe e se propague toma-se necessário que os homens de ciência, os que nas Universidades especulam com a Filosofia e o Direito, passem este tema para o primeiro plano dos seus estudos e acendam o entusiasmo das juventudes, já que nelas reside o porvir da futura sociedade moderna - a vida íntima da própria pátria.

Vivemos muitos séculos de Direito Romano e mais outro do código de Napoleão. Aperfeiçoou-se o Direito Penal, o Civil e o Mercantil; no entanto, teremos que reconhecer, ao menos, segundo o ponto de vista de homens do Governo o atraso em que se mantém na maioria dos países o Direito Social, abandonado à típica lei da selva das sociedades primitivas, em que a falta da existência de uma magistratura e de um direito social codificado para derimir as pugnas entre homens e empresas, toma possível a luta de classes e a justiça pela mão aniquiladora de todo o progresso. A inquietude paralela que caracterizou as duas revoluções ibéricas, vem consagrar esta necessidade e a eficácia da construção deste Direito.

Hoje, em Espanha recolheram-se os princípios básicos do Direito Social por que pugnamos; criou-se o foro do trabalho e pode oferecer-se ao nosso estudo a obra da nossa legislação social em marcha, e umas bases das quais não devem apartar-se as bases do nosso Direito Social que há de mais tarde ou mais cedo, iluminar o Mundo.

Quando, por cima de partidos e grupos, a nossa pátria se entregou iluminada e quase misticamente a tão alta empresa histórica, foi porque os modernos princípios da luta de classes caíram derrotados e foram substituídos por uma autêntica política de amor.

Nestes anos de paz, o regime espanhol conseguiu obter, a par de uma formação religiosa própria de um povo, que se sente depositário de um destino irrecusável, uma elevada educação patriótica; e a juventude espanhola afervorada por uma segura fé e pelos estímulos de uma esperança de paz e de felicidade, põe uma nota viva e diferente nesta esquina da Europa Ocidental, perante a outra Europa entristecida e enlutada.

O programa de restauração dos meus ministérios estende-se a todos os horizontes da actividade humana. A Espanha quer ser uma grande família unificada pelo amor e pela compreensão mútua. Tudo renasceu ao compasso unísono da mesma aspiração, porque tudo é mantido pela grande ambição de uma Pátria unificada e livre, consciente da sua passada grandeza e do seu possível engrandecimento actual e governada como aquele Estado ideal da filosofia clássica, pelas normas perpétuas de uma justiça inexorável para todos.

Mas este grande equilíbrio foi possível pelo princípio evangélico de fraternidade cristã e esta política, projectada no exterior não se traduz senão numa aspiração tendo como fim supremo a compreensão entre os povos e uma paz durável e justa entre as nações. Sem esse espírito, o forte explora o mais débil; o poderoso subjuga o desvalido, mais ou menos dissimuladamente, e impera a tirania dos países fortes sobre a maltratada independência dos povos simples que só amam a Ordem e a Paz.

Nisto consiste a minha modesta oferta à Universidade de Coimbra, neste dia solene de minha recepção como doutor — fazer-vos participar na intimidade das minhas inquietações e oferecer-vos a minha ajuda para que paralelamente aos vossos esforços trabalhem as Universidades espanholas na grande tarefa da reivindicação do Direito mutilado e na elaboração do novo Direito que nestes momentos nasce.

Receba o excelso purpurado Cardeal-Patriarca de Lisboa, Doutor Cerejeira, a homenagem devida à sua esclarecida glória e minha gratidão pela honra de ter-me apadrinhado neste dia. E reiterando a todos o meu agradecimento de gratidão, levanto a minha taça por Portugal pela Universidade de Coimbra e pela sua corporação de Doutores".



1. Salazar e Franco conversam no Palácio da Ajuda no decorrer de uma recepção oferecida por Carmona ao Chefe de Estado espanhol. Presente o Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha Alberto Martín Artajo.



2. Franco a caminho da "Via Latina".



3. Franco na Sala dos Capelos acompanhado do seu "padrinho acadêmico" y o Cardeal Patriarca de Lisboa.



4. Francisco Franco, novo doutor Honoris Causa, yd investido com as insígnias doutorais.



O SECULO

TELEF. - P. 2. 7. 85. 70. 8. 85. 70.
NÚMERO DE REG. - 1204 - DO RE-
PUBLICANO TELEGRÁFICO - 85.700

Director - João Faria de Azevedo

REDACÇÃO - JORNALISMO E ADMINISTRAÇÃO
EST. DO SECULO - 11 - 11 - LISBOA

Publicação de propriedade social de TELEGRAFOS

O jornal
de maior
circulação
em Portugal

OUTUBRO
26
QUARTA-FEIRA
1949

O CHEFE DO ESTADO ESPANHOL

é agora doutor em Direito
pela gloriosa Universidade de Coimbra
acontecimento de alta projecção, pois marca
uma etapa fulgurante na fraternidade
espiritual dos dois países peninsulares

**"QUE ESTA INVESTIDURA
seja a oferta de irmandade e aliança
com que a Lusitânia obsequia**

**a sua companheira Ibérica
e a afirmação da constante vontade
de conviverem como almas gêmeas
e soberanas, cada qual na sua esfera,
no vetusto solar da Península!"**

—disse o generalissimo Franco

no banquete da Universidade de Coimbra